



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ELAINE CRISTINA NEPOMUCENO BEZERRA

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE
SOUSA/PB EM RELAÇÃO ÀS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO
CONTÁBIL**

**SOUSA - PB
2009**

ELAINE CRISTINA NEPOMUCENO BEZERRA

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE
SOUSA/PB EM RELAÇÃO ÀS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO
CONTÁBIL**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis.**

Orientador: Professor Me. Francisco Dinarte de Sousa Fernandes.

**SOUSA - PB
2009**

ELAINE CRISTINA NEPOMUCENO BEZERRA

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE
SOUSA/PB EM RELAÇÃO ÀS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO
CONTÁBIL.**

Esta Monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PB).

Presidente: Francisco Dinarte de Sousa Fernandes (Orientador)
Prof. Msc. – UFCG

Co-orientadora: Janeide Albuquerque Cavalcanti
Profa. MSc. - UFCG

Membro: Thaiseany de Freitas Rego
Prof. Msc. – UFCG

Membro: Janaina Ferreira Marques de Melo
Prof. Msc. – UFCG

Monografia aprovada em ___/___/2009.

Dedico este trabalho, em especial, aos meus queridos pais Fátima e Anchieta, aos, meus lindos irmãos Cleiton e Eliene, por estarem sempre, sempre, sempre do meu lado passando tamanha energia positiva, na luta desta grandiosa conquista e de tantas outras que virão com a graça de Deus...

AGRADECIMENTOS

A DEUS pai todo poderoso, que mais do que qualquer ser, sabe a tamanha FELICIDADE que sinto neste momento...., agradeço imensamente a minha MARAVILHOSA E ABENÇOADA Família (Fátima, Anchieta, Eliene, Cleiton) amo vocês por me proporcionarem forças tão fundamentais e importantes neste momento.

Em especial a minha amada mãe, com maior participação esta etapa da elaboração do trabalho monográfico desde as orações aos sucos para me fortalecer espiritualmente e fisicamente...

As meninas, Nity, Ligia e Nadjany, por estarmos juntas em tantos momentos BONS, nas atividades, seminários, congressos, calouradas, comemorações, EPECICs, ERECIC, e tantos outros E..., lembrando claro dos demais que na convivência nos identificamos mais: Gledson, Rogério, Lidiane, Edna, Gerlaneide, Diegles, Wagner e tantas outras pessoas que realmente gosto e tenho muito carinho...,

Agradeço às pessoas da coordenação por sempre me ajudarem com muita dedicação e demais funcionários que pertencem a esta universidade, a contribuição de vocês é de fundamental importância.

Aos nossos professores responsáveis pelos ensinamentos tanto da Ciência Contábil como da Vida, com maior interação José Ribamar, Joana Darc, Lúcia, Josicarla, Karla Katiuska, como também todos os demais que contribuíram para a minha formação acadêmica.

Professor – Orientador: Francisco Dinarte de Sousa Fernandes.

Professora co-orientadora: Janeide Albuquerque Cavalcanti.

Aos meus vizinhos Paulo, Nisce e Maria José que me acompanharam desde o início desta caminhada.

As pessoas para a qual trabalhei como também colegas de trabalho obtendo assim mais conhecimentos da área contábil.

Aos contadores que responderam ao questionário contribuindo assim, para obtenção dos dados.

As pessoas especiais que passam na nossa vida.

Aos grandes amigos da vida: Taty, Marta, Viviane, Dany, Wegna, Trajano, Gil, Juninho, Gilmara, Valéria, Marijane (in memoriam), Taysa, Josefa, Guilherme, e tantos outros que adoro, a vocês que diretamente ou indiretamente me ajudaram, muito grata!

"A grande marca da humanidade é a transferência de conhecimentos. Guerras, conquistas, erros e acertos dos que vieram antes de nós devem servir de ensinamento aos que estão chegando".
(Eugenio Mussak é professor do MBA da Fia e consultor da Sapiens Sapiens).

RESUMO

O presente trabalho delinea o perfil do profissional que atua na Contabilidade privada no município de Sousa/PB, tomando como base as mudanças ocorridas na área contábil. As alterações nos mercados globais implicam diretamente em mudanças na Contabilidade, sendo evidente a busca da qualificação e preparação dos profissionais na constante atualização das referidas modificações na área contábil, a exemplo das mudanças tecnológicas (digitalização dos arquivos) e a convergência às Normas Internacionais. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo, tendo como instrumento de pesquisa a aplicação de um questionário. Numa amostra de 30 profissionais da iniciativa privada. Os dados coletados foram tabulados utilizando o programa SPSS 8.0 for Windows. Evidencia que os profissionais da Contabilidade terão um trabalho detalhista no acompanhamento das referidas mudanças, portanto devendo efetuar muito estudo, dedicação e preparação nos desafios vindouros. Verificou-se que, embora os profissionais entrevistados afirmem de modo positivo, as vantagens do uso do SPED, NF-e e Convergência Internacional, a atualização das informações e expectativa de forma otimista em relação às mudanças contábeis foi percebido a presença de muitas dúvidas ao sistema, pouco conhecimento relativo às legislações, falta de preparação, na maioria dos profissionais, contudo isto é preocupante para a realidade.

Palavras-chave: Mudanças na Profissão. Sistema de Escrituração. Convergência.

ABSTRACT

The aim of this study is to identify the profile of professionals working in private accounts in the municipality of Sousa / PB in the face of changes in the accounting department. With analysis of globalization in economic markets is directly related to the accounts since it came to the proper revolutions, there is obviously a search of the qualification and training of professionals in the constant updating of the above changes in the accounting area, illustrating the technological changes (digitization of files) and convergence with international standards. The methodology was field research as a research tool a questionnaire, descriptive and also presenting a quantitative study. In a sample of 30 private practitioners. The collected data were performed using SPSS 8.0 for Windows. In general, the outlook for the accounting profession will have a painstaking work in monitoring these changes, so must have a lot of study, dedication and preparation on the challenges ahead. It was found that although the respondents affirm positively the benefits of using the SPED, NF-e and Convergence International, the update of the information and expectations so optimistic about the accounting changes was noticed the presence of many doubts the system, little knowledge on the laws, lack of preparation, as most professionals, however this is of concern for reality.

Key-words: Changes in the Profession. Bookkeeping System. Convergence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do SPED.....	24
Figura 2 - Código bidimensional da NF-e.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO1 – Gênero do profissional	40
GRÁFICO 2 - Idade do Profissional Contábil	41
GRÁFICO 3 - Grau de Instrução	41
GRÁFICO 4 - Experiência Profissional.....	42
GRÁFICO 5 - Área diversa de atuação	43
GRÁFICO 6 - Horas trabalhadas ao dia	43
GRÁFICO 7 - Principal dificuldade do exercício da profissão	44
GRÁFICO 8 - Principal Fonte de Atualização e Informação	44
GRÁFICO 9 – Conhecimento do SPED	45
GRÁFICO 10 - Mudanças com o SPED na profissão contábil.....	46
GRÁFICO 11 - Mudanças com a NF-e na profissão contábil	47
GRÁFICO 12 – Mudanças com a Convergência para as Normas Internacionais.	47
GRÁFICO 13 - Efetua outras Demonstrações Contábeis.	48
GRÁFICO 14 - Resultado Demonstrações realizadas pelos profissionais contábeis.....	49
GRÁFICO 15 – Mudanças na Profissão.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplos de Obrigações Acessórias.....	26
Quadro 2 - Comparação da Nota Fiscal eletrônica aos modelos brasileiro, chileno e mexicano.....	28
Quadro 3 - Estrutura do Balanço.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA - Instituto Americano dos Contadores Públicos Certificados
APB - Junta de Princípios Contábeis
BACEN – Banco Central do Brasil
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CFD – Comprobante fiscal digital – fatura electrónica
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
CT e - Central de Balanços
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DPLA – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DRE – Demonstração do Resultado de Exercício
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
ECD- Escrituração Contábil Digital
EFD – Escrituração Fiscal Digital.
IASB – Junta de Normas Internacionais de Contabilidade
IBRACON – Instituto dos Auditores Independente do Brasil
ICP-Brasil - Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
IFRS – Normas Internacionais de Contabilidade
LALUR-Livro de Apuração de Lucro Real
NF-e - Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e - Nota Fiscal Eletrônica de Serviço
NIC – Normas Internacionais de Contabilidade
REF – Resultado de Exercício Futuro
RFB – Receita Federal do Brasil
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
SEC – Comissão de Valores Mobiliários norte -americana
SII – Servicios de Impuestos Internos
SPED- Sistema Público de Escrituração Digital.
SRF- Secretária da Receita Federal.
STN – Sistema Tributário Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contextualização e Justificativa	15
1.2 Objetivos da Pesquisa	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 Procedimentos Metodológicos	16
1.3.1 Pesquisa quanto aos Procedimentos	16
1.3.2 Pesquisa quanto aos Objetivos	17
1.3.3 Pesquisa quanto a Abordagem do Problema.....	17
1.3.4 Sujeitos da Pesquisa	17
1.3.5 Estrutura da Pesquisa	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 Profissão Contábil.....	19
2.1.1 Categorias da profissão.....	19
2.1.2 Qualificação na profissão	21
2.2 Sistema Público de Escrituração Digital - SPED	22
2.2.4 Estrutura do SPED:	24
2.2.6 Obrigações Acessórias.....	26
2.2.7 Comparações entre notas fiscais	26
2.3 Dificuldades ao SPED	28
2.4 Legislação aplicada ao SPED	31
2.5. Convergência às Normas Internacionais.....	33
2.5.1 Legislação.....	34
2.5.2 Análises da Convergência.....	36
2.5.3 Dificuldades na Convergência.....	38
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	40
3.1 Identificação do perfil dos profissionais com as mudanças na área contábil.....	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
4.1 Recomendações.....	51
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – CARTA AOS CONTABILISTAS.....	56
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	57
ANEXO A – RELAÇÃO CADASTRAL DOS PROFISSIONAIS CONTABILISTAS NO CRC/PB.	59

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Justificativa

As alterações nos mercados globais implicam diretamente em mudanças na Contabilidade, uma vez que esta acompanha as devidas evoluções, a exemplo da redução das antigas barreiras comerciais entre os países e a aquisição de novos mercados, observando oportunidades e ameaças inseridas nestes negócios.

Na ampliação por recursos seja através de investimentos ou expansão dos negócios, é fundamental às empresas, informações coerentes que auxiliam nas decisões. Para Deloitte (2007, p. 1) “A informação contábil se tornou ainda mais importante para decisões de investidores e para gestão dos administradores”. Por isso é evidente a busca da qualificação e preparação dos profissionais da Contabilidade. Assim, estes ganham relevância à medida que atende as necessidades da sociedade mostrando constante atualização das referidas modificações na área contábil.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) trouxe mudanças tecnológicas (digitalização dos arquivos) modernizando o atendimento de obrigações acessórias, possibilitando a interligação dos fiscos, apresenta 3 (três) projetos iniciais: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração Contábil Digital (ECD), na busca do compartilhamento e transparência de informações.

A convergência às Normas Internacionais no Brasil adota a Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08 convertida na Lei nº. 11.941/09 com medidas gradativas, apresenta também o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para se adequar às modificações do mercado globalizado.

Como se observa este trabalho se justifica em razão da:

- importância do conhecimento das modificações da área contábil;
- preparação antecipada podendo ser vista como diferencial tanto aos contadores quanto aos contribuintes;
- expansão da classe contábil diante das inovações junto à sociedade.

Portanto, esperando do profissional contábil a adequação e preparação das informações nas modificações e, considerando a complexidade das mudanças ocorridas, foi que se formulou o seguinte questionamento:

Qual o perfil dos profissionais que atuam na Contabilidade privada no Município de Sousa/PB diante das mudanças na área contábil?

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar o perfil do profissional que atua na Contabilidade privada no Município de Sousa/PB diante das mudanças ocorridas na área contábil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar o conhecimento dos profissionais sobre Nota Fiscal Eletrônica;
- Levantar o conhecimento dos profissionais sobre Escrituração Contábil Digital;
- Levantar o conhecimento dos profissionais sobre Escrituração Fiscal Digital;
- Levantar o conhecimento dos profissionais sobre a Convergência das Normas Internacionais.

1.3 Procedimentos Metodológicos

1.3.1 Pesquisa quanto aos Procedimentos

A metodologia utilizada neste estudo foi uma pesquisa de campo utilizando como instrumento de pesquisa, um questionário aplicado aos contadores da área privada na cidade de Sousa-PB.

Em relação aos procedimentos utilizados no desenvolvimento dessa pesquisa pode-se destacar a pesquisa bibliográfica, que segundo Souza, Fialho e Otani (2007, p. 40), "consiste da obtenção de dados através de fontes secundárias, utiliza como fontes de coleta de dados materiais publicados".

Conforme apresenta Beuren *et al* (2008, p. 87) a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos”. Utilizando como auxílio para a realização desse trabalho material bibliográfico: livros, artigos científicos, monografias, dissertações, material adquirido na internet, leis, resoluções e periódicos.

1.3.2 Pesquisa quanto aos Objetivos

Quanto aos objetivos a pesquisa se classifica como descritiva, uma vez que procurou identificar o perfil do profissional que atua na Contabilidade privada no Município de Sousa/PB diante das mudanças ocorridas na área contábil.

De acordo com Netto e Melo (2008, p. 29) essa pesquisa “tem como objetivo a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo”.

1.3.3 Pesquisa quanto a Abordagem do Problema

Na pesquisa foi apresentado também um estudo quantitativo, tendo em vista através da coleta de dados as análises das informações adquiridas. Segundo Souza, Fialho e Otani, (2007, p. 39), “significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

1.3.4 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na cidade de Sousa/PB, num universo de 88 profissionais registrados na lista do CRC/PB (Conselho Regional de Contabilidade) na qual 11 (onze) desses não atuavam na cidade, 07 (sete) atuam na área pública, entre 40 alguns trabalhavam como contadores internos das empresas e outros já cancelaram seus registros, dessa forma, limitou-se a uma amostra de 30 profissionais que atuam no setor privado, buscando saber, através de um questionário, como se comportam diante das mudanças da profissão contábil, que todos foram respondidos.

O questionário composto de 14 questões, com questões objetivas e subjetiva. Os dados foram analisados utilizando o programa SPSS 8.0 for Windows numa escala de 5 categorias nas questões 02 à 12, e somente com 2 categorias para as questões 01; 13 e 14.

1.3.5 Estrutura da Pesquisa

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos: No primeiro capítulo, é apresentada a introdução da pesquisa realizada, composta pela contextualização, justificativa, problema da pesquisa, objetivos além dos procedimentos metodológicos. No segundo capítulo é abordada a Fundamentação Teórica, baseada na literatura pertinente ao tema em estudo, está composta dos seguintes assuntos: Profissão Contábil, SPED, Dificuldades ao SPED, Legislação aplicada ao SPED, Convergência para as Normas Internacionais. No Terceiro capítulo é apresentada a Descrição e Análise dos dados. No Quarto capítulo estão as Considerações Finais. Em seguida às Referências e os Apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Profissão Contábil

A profissão apresenta o atendimento das necessidades das pessoas de forma direta, clara, honesta adquirida na execução das atividades gerando com isso confiança e respaldo junto à sociedade. Em relação à profissão Nalini (2008, p. 288) retrata "Conceitua-se profissão como uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço dos outros e a benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à dignidade da pessoa humana".

Em conformidade com a definição Abbott (1988 apud LOPES; MARTINS, 2005), acrescenta que as profissões ganham relevância à medida que aumenta a percepção social de sua importância e a complexidade de suas atividades.

Portanto, na atuação os profissionais da Contabilidade deverá transmitir informações propícias para cada tipo de usuário, o uso do profissionalismo de modo relevante com base nos bons costumes. Analisando, pois o pensamento de Lisboa (2007, p. 111) "O profissionalismo é a maneira íntegra e honesta de exercer uma profissão. Ele está fundamentalmente ligado à ética, à moral dos bons costumes".

No entanto, quando na execução de seu trabalho o contabilista perceber que seu cliente está com falta de confiança, o uso de práticas ilícitas, trazendo prejuízos da dignidade com colegas de trabalho ou mesmo à classe, ele deverá mostrar contrário diante da situação principalmente por estar sujeito às penalidades, advertência, censura conforme consta no código de ética profissional da categoria (Resolução CFC nº. 803/1996).

2.1.1 Categorias da profissão

O profissional da contabilidade poderá atuar em diversas atividades dependendo da necessidade em relação às empresas, órgãos públicos. Em entendimento Lisboa (2007, p. 80) comenta:

No exercício de suas atividades profissionais, o contabilista, seja ele Contador ou Técnico em Contabilidade, pode atuar de diferentes formas, em diferentes setores. Alguns exemplos são: contador de empresas, contador público, auditor independente, consultor, professor etc.

Isto mostra a diversidade da área para atuação dos profissionais contábeis cabendo aos mesmos a devida preparação, qualificação para a categoria realizada. Em conformidade Iudícibus (2004, p.43) menciona “em termos de mercado de trabalho para o contador, as perspectivas são excelentes”.

Para a execução da atividade o profissional contábil seja um Bacharel ou um Técnico precisa observar medidas como: conhecer os Princípios e as Normas Contábeis, obter conhecimento da carga tributária do país atuante, analisar a atividade executada pela empresa, observar as mudanças globais que interferem na atividade e desta forma gerar informações úteis de acordo com seus usuários. (LISBOA, 2007).

Diante da diversidade de profissionais da área contábil analisamos alguns cargos e devidas funções. Logo, será apresentada definição destes devido estarem mencionados no questionário da pesquisa realizada:

O profissional *Auditor*, pode atuar como Independente ou Interno, têm forte influência para a tomada de decisões junto a acionistas, bancos, fornecedores, pela credibilidade nas informações transmitidas. *Auditor independente* “é o profissional que não é empregado da empresa em que está realizando o trabalho de Auditoria. É um profissional liberal, embora possa estar vinculado a uma empresa de Auditoria” E no caso do *Auditor interno* “é o auditor que é empregado (ou dependente econômico), preocupado principalmente com o controle Interno da empresa” (MARION; IUDÍCIBUS, 2002, p.45).

O *Consultor*, como o próprio nome diz é para os clientes se informarem antes de realizar negócios, buscando melhorias e vantagens para sua atividade econômica, planejamentos adequados a sua realidade, contudo é exigido deste profissional conhecimento em diversas áreas, para auxiliar nas informações transmitidas, Para Marion e Iudícibus (2002, p.47) estes são “Expert em avaliação de empresas, Tributos, Comércio Exterior, Informática, Sistemas, Custos Controladoria, Qualidade Total, Planej. Estratégico, Orçamento”

Os profissionais do ensino, em destaque o *Professor*, conforme analisado por Lisboa (2007, p. 84) “considerando seu trabalho de formação de futuros profissionais, é de vital importância para o desenvolvimento da Contabilidade, enquanto ramo de conhecimento e, portanto, para o próprio fortalecimento da classe profissional”. Estes profissionais atuando como especialistas, mestre, doutores, esclarecem e mostram a importância do conhecimento científico, cultural, tecnológico para melhorias e mudanças da classe contábil e do mundo atual.

O profissional *Perito Contábil* terá a responsabilidade de esclarecer, mencionar através das técnicas contábeis baseada nos fatos ocorridos os elementos para as referidas decisões. Segundo os autores “A perícia contábil judicial é motivada por uma questão judicial, solicitada pela justiça. O contador fará uma verificação na exatidão dos registros contábeis e em outros aspectos” (MARION; IUDÍCIBUS, 2002, p.45).

E com destaque a pesquisa realizada mencionou-se os *Contadores*, podem atuar no âmbito privado ou público, no *privado* podem ser Contador Geral com seu próprio escritório, ou atuar em empresas, podendo ser especialista em diversas áreas conforme comenta Marion e Iudícibus (2002, p.47). “[...] Rural, Hospitalar, Fiscal, Imobiliária, Hoteleira, Industrial, Securitária, de Condomínio, Comercial, de Empresas Transportadoras, Bancária, Pública, de Empresas sem Fins Lucrativos, de Empresas de Turismo, de Empresas Mineradoras, Cooperativas”.

No caso *público*, os profissionais buscam controlar as finanças para os órgãos públicos na administração Direta (Secretárias do Governo, Ministério Público), e Indireta (Autarquia).

2.1.2 Qualificação na profissão

A qualificação é necessária para qualquer profissional, independente da área atuante na profissão contábil não poderia ser diferente em virtude disso é fundamental a atualização constante na legislação, qualificação na utilização do uso de tecnologia, acompanhamento do mercado global e ainda pode ser visto como diferenciação no mundo dos negócios.

Preocupado em orientar os profissionais da Contabilidade, elevar a sua formação e atender as modificações desta área o Conselho Federal de Contabilidade - CFC desenvolve programas para a qualificação e atualização. Em observação alguns destes programas segundo Giroto e Ciaffrei (2009a, p. 12-16):

- *Educação Continuada*: é assegurado aos auditores independentes aprimoramento das técnicas e conhecimentos atuais, baseado na devida resolução CFC nº. 1.146/08.
- *Exame de Qualificação Técnica*: é usado para qualificar contadores que desejam atuar como auditores independentes no mercado mobiliário, instituições financeiras.

- *Rede Contabilizando o Sucesso*: este programa ocorreu com a parceria do CFC e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional, que busca atualizar o profissional contábil a uma visão empresarial de marketing, ferramentas de gestão com o desenvolvimento da sua empresa e do cliente. No Estado da Paraíba já participaram deste programa 102¹ contabilistas.
- *Apoio a eventos nacionais*: O CFC apoia os Conselhos Regionais de Contabilidade - CRCs na realização de eventos com cursos, palestras, convenções que agreguem valor ao profissional

Conforme visto é fundamental a preparação na busca por informação correta, precisa para transferência aos diversos usuários: clientes, fornecedores, governos, acionistas. Desse modo, Lisboa (2007, p. 76) acrescenta “o contabilista lida diariamente com aquele que é hoje apontado como um dos bens mais preciosos de uma economia: a informação”.

E neste pensamento Ludícibus e Marion (2002, p. 63) comentam “A informação contábil, como todo bem econômico, tem um custo e esse custo de ser sempre comparado com os benefícios esperados da informação”, assim deve ser apresentado que quanto mais informação obtida do profissional para os usuários melhor será o retorno, tanto em aspectos financeiros como na relevância da confiabilidade para a sociedade.

2.2 Sistema Público de Escrituração Digital - SPED .

A Contabilidade passa por algumas mudanças, pode-se dizer que tão importante quanto em 1976 com a Lei nº. 6.404, destaque para o campo da revolução digital. Os principais ganhadores serão contribuintes/usuários, órgãos fiscalizadores e administrações tributárias por apresentar mais agilidade, confiabilidade, segurança e transparência nas informações.

Em destaque a definição apresentada pelo CFC (2009).

De forma objetiva, o Sped pode ser entendido como um software que será disponibilizado pela Receita Federal para todas as empresas a fim de que elas mantenham e enviem a este órgão informações de natureza fiscal e contábil (a partir da escrituração digital mantida nas empresas) e informações previdenciárias, bem como os Livros Fiscais, Comerciais e Contábeis gerados a partir da escrituração (já registrados nos órgãos do Comércio), além das Demonstrações Contábeis.

¹ Dados obtidos da RBC- nº. 176.

O SPED inicia com 03 (três) projetos: a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD) depois foram incluídos mais 04 (quatro) projetos: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e); Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e); Central de Balanços e Livro de Apuração de Lucro Real eletrônico (E-Lalur), isto mostra que sua implantação está acontecendo de forma gradativa. A seguir apresentam-se detalhamento dos três projetos iniciais, pois na cidade de Sousa foi implantado apenas a NF-e com a expectativa de adotar a ECD e a EFD, conforme os tipos de atividade e faturamento.

O projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi criado para substituir a nota fiscal de papel por arquivo digital, a sua finalidade é agilidade, transparência, diminuição da burocracia, dos erros e rasuras cometidos na emissão da nota (data de emissão, data de saída, alíquotas de ICMS, IPI, descrição do produto), e fundamentalmente da falta de atualização cadastral do destinatário/ remetente que acarreta bastantes prejuízos, como a sonegação.

A escrituração dos livros contábeis realizados no computador - sistema eletrônico de dados - deve adotar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos. Para os autores Azevedo e Mariano (2009, p.342):

A partir de 1º de janeiro de 2008: sociedades que atendam conjuntamente acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211/2007 e sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real; em 1º de janeiro de 2009: as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real e estão dispensadas de apresentação (2008 e 2009) – empresas tributadas pelo lucro presumido, entidades sem fins lucrativos e sociedades simples.

Neste caso a ECD, apresentou a substituição dos livros em papel pelos digitais: livro Diário, Razão e auxiliares quando houver, como também balanços, balancetes, e as fichas de lançamento, naturalmente estes livros e documentos recebam a assinatura digital emitida pela entidade junto ao ICP-Brasil - Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira, com a devida validade digital do contador e contribuinte.

O contribuinte terá que informar as obrigações acessórias das operações de modo detalhado ao contrário do que acontecia antes onde apresentava dados fiscais de forma generalizada. Em seguida considerando características principais, para os autores Azevedo e Mariano (2009, p.163):

Arquivos com organização hierárquica, ou seja, alguns registros são preenchidos como complemento de informações de outros Registros;

necessidade de utilização de certificado digital, para envio das informações; escrituração detalhada dos tributos (ICMS, IPI, PIS e COFINS); envio de escrituração fiscal mensalmente à fiscalização; possibilidade de cruzamento com as informações contábeis e com a NF-e.

Com a EFD as informações repassadas aos Fiscos Estaduais e a RFB antes individualmente, serão apresentadas em arquivos digitais, com unificação dos mesmos facilitando as obrigações acessórias por serem inúmeras: Livros Fiscais, Declarações, Guia de Informação entre outras e trará mais agilidade e segurança para contribuintes e órgãos participantes.

2.2.4 Estrutura do SPED:

Na estrutura do SPED apresentada a seguir, é observado que de acordo com o projeto estes obtém dos órgãos o acesso necessário.

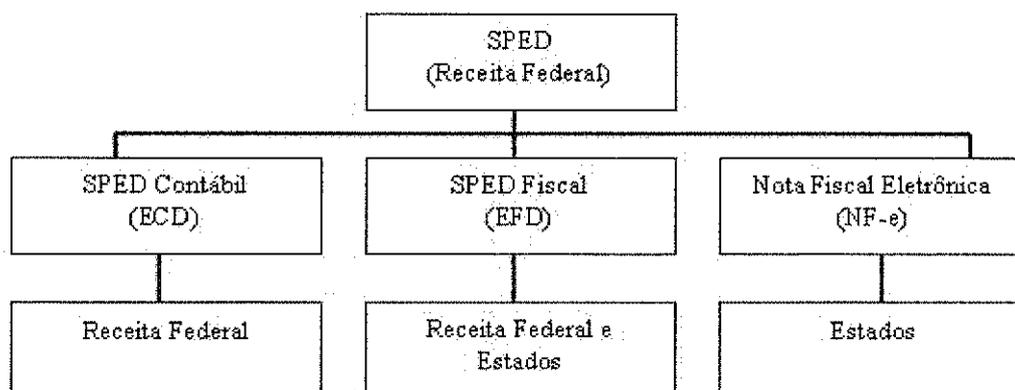


Figura 1 - Estrutura do SPED

Fonte: Azevedo e Mariano (2009, p. 41).

Este sistema SPED foi gerado na RFB, sendo aplicados 127 milhões de reais, apresentado desde 2004, partiu do pressuposto a substituição da Nota Fiscal de papel pela NF-e, efetivamente novos projetos foram sendo desenvolvidos buscando seguir a Constituição Federal – C.F. em seu artigo 37 com o compartilhamento de informações entre os órgãos, ocorrendo melhor ligação para a atividade tributária o que, para uma maioria de especialistas, se trata como uma das soluções do sistema tributário.

Analisando alguns objetivos presentes no sistema identificados na RFB:

- A transmissão única no cumprimento das divergentes obrigações acessórias na companhia para os órgãos e administrações tributáveis.

- O combate a sonegação dos impostos, devido o cruzamento dos dados de quem compra ou vende.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações e auditoria eletrônica.

Dando prosseguimento destacam-se os benefícios da RFB:

- Ocorrerá redução nas despesas da empresa provenientes da impressão (papel, tinta, fita) como também o espaço e a manutenção de arquivamento dos documentos;
- Obtenção de dados para comparação sendo estes fiscais e contábeis garantindo uma maior agilidade;
- Com a devida unificação das obrigações acessórias o contribuinte sentirá um melhor rendimento tanto em termos financeiros quanto na rapidez dos dados, sendo proveitoso para ele como também as unidades federadas;
- A partir da troca de informações, os maus contribuintes, falsificadores e sonegadores terão uma fiscalização constante e logo estas práticas ilícitas tenderão a diminuir.
- O tempo é fator essencial na ocorrência das fiscalizações, a partir disso, como existem poucos auditores para executar o trabalho em conformidade ao número de empresas, dificuldade que aumenta principalmente quando estas ficam localizadas distantes dos grandes centros, com o uso do SPED os auditores terão maiores rendimentos na facilidade dos sistemas, na eficiência dos resultados.
- O Custo Brasil deverá ser mais controlado principalmente nas dificuldades apresentadas de termos burocráticos, econômicos e oferecerá mais oportunidade ao empresariado gerando confiança nos investimentos que transformará diretamente em empregos, aumento da arrecadação de impostos e crescimento econômico-financeiro;
- O desenvolvimento da sustentabilidade quanto à redução de papel nas impressões das notas fiscais que na maioria das vezes é emitida em 04 vias que é substituído por arquivos eletrônicos.

2.2.6 Obrigações Acessórias

São pagamentos provenientes de tributos que os contribuintes fazem aos fiscos, Assevera Azevedo e Mariano (2009, p.25), "essas obrigações podem representar as operações realizadas pelas empresas (dentro do estado, fora do estado e no exterior) ou a simples solicitação de autorização para se fazer algo".

Quadro 1 - Exemplos de Obrigações Acessórias

Federais	Estaduais	Municipais
DCTF;	DAC (AL);	GISS – Maceió;
PER/DCOMP;	DAM (AC, AM);	DMS – Salvador;
DNF;	Dapi (MG);	DES – Belo Horizonte;
Dirf;	Declan (RJ);	DMS – Manaus;
DIPJ;	DF-LE (DF);	DMS – Campo Grande;
Manad.	DIC (SE);	DFMS – Belém;
	DIEF (CE, ES, MA, PA);	ISSQN Dec – Porto Alegre;
	Dime (SC);	DS – Recife;
	Dipam (SP);	ISS – Curitiba;
	DMA/DS (BA);	DIEF – Rio de Janeiro;
	DPI (GO);	DES – São Paulo;
	GIA (AM, MT, MS, PR, RJ, RS, SP);	
	GIA – ST (Todos os estados);	
	GIM (AP, PB, PI, RN);	
	Escrituração de livros fiscais (todos os estados);	
	Emissão de notas fiscais (todos os estados);	

Fonte: AZEVEDO; MARIANO (2009, p. 25-27).

2.2.7 Comparações entre notas fiscais

Quando um projeto vai ser implantado o mesmo passa por vários testes, etapas de elaboração com acréscimos e decréscimos, na medida em que é posto em prática surgirão os problemas ou mesmo o seu aperfeiçoamento. Posteriormente, com base nos projetos de outros países sejam eles Chile e México, foi desenvolvido o projeto da Nota Fiscal Eletrônica Brasileira.

"O projeto da fatura eletrônica (Factura eletrônica) foi desenvolvida pelo SII (Servicio de Impuestos Internos), responsável pela tributação no Chile" Azevedo e Mariano (2009, p. 63).

No México “A empresa pode emitir CFD (Comprobante fiscal digital – fatura electrónica), que é um mecanismo alternativo de comprovação de fiscal” Azevedo e Mariano (2009, p. 65).

Como observado nestes países faturas, notas, comprovantes são desenvolvidos pelos órgãos tributários na busca por melhorias de comprovação fiscal, aumento da arrecadação, agilidade e transparência nas atividades.

Em destaque as principais razões no uso da fatura eletrônica em Chile: “redução dos custos de emissão de nota fiscal; ganhos de produtividade na administração dos negócios”. (AZEVEDO; MARIANO, 2009, p. 64).

No caso do México, verificou-se como principais vantagens ao uso do CFD:

Agilidade na utilização das informações pela contabilidade; simplificação do processo de emissão do documento fiscal; ganhos com o aumento da emissão do CFD; facilidade de consulta pela internet; possibilidade de arquivar o CFD eletronicamente; possibilidade de escolha do receptor em arquivar eletronicamente ou em papel, conforme sua conveniência; possibilidade de integração das informações com os vários sistemas da empresa. (AZEVEDO; MARIANO, 2009, p. 66).

Em complemento ao dito anteriormente busca-se os ganhos nas arrecadações, redução de custos, facilidade das informações, integração aos sistemas, aplicando também estas necessidades a nota eletrônica brasileira.

No Brasil, a emissão da Nota Fiscal ocorre das seguintes formas: *escrita a mão*, o que dificulta na maioria dos casos por letras ilegíveis, *datilografada* o que traz atrasos por não poder apresentar rasuras ou com o uso de *programas de informática*, que mesmo fazendo emissão pelos programas estas notas ainda deverão ser lançadas uma a uma para escrituração, mostrando que todas estas formas acarretam atraso na disponibilidade dos dados, portanto é necessária a adaptação ao modo do processamento eletrônico.

O quadro a seguir apresenta uma comparação entre os modelos de nota fiscal do Brasil, Chile e México.

Quadro 2 - Comparação da Nota Fiscal eletrônica aos modelos brasileiro, chileno e mexicano.

País	Brasil	Chile	México
Logo			
Linguagem do Esquema	XML	XML	XML
Necessidade de assinatura digital	SIM	SIM	SIM
Autorização do documento eletrônico	Nota a nota	Faixa de numeração	Faixa de numeração
Retorno da autorização	Web service	e-mail	Não definida
Credenciamento	Através da internet ou por e-mail	Através da internet	Basta Certificação digital e seguir os leiautes estabelecidos
Transmissão ao destinatário	Não disciplina	Obrigatória e disciplinada	Obrigatória e disciplinada
Obrigatoriedade	Voluntária e obrigatória por segmentos.	Voluntária	Voluntária

Fonte: AZEVEDO; MARIANO (2009, p. 67).

2.3 Dificuldades ao SPED

O SPED como todo sistema novo está apresentando algumas complexidades o mesmo é regulamentado por várias leis, resoluções e diversas alterações, no entanto, o contribuinte seu maior usuário ainda busca por informações mais detalhadas, mais praticidade no uso do sistema, uma legislação adequada, pessoas preparadas para aplicação como também a dificuldade da mudança cultural.

Em princípio, com relação à fonte de pesquisa o autor menciona “[...] tem como grande fator limitador a falta de obras literárias que abordam o assunto, por se tratar de um projeto que ainda não está em total vigor, a ser implantado e aprovado, mas que merece ser estudado com profundidade” (BISATO; LINKE, 2008, p. 06). Baseando-se nas obras literárias podem-se observar opiniões, características, vantagens, desvantagens, exemplos de casos práticos esclarecendo sobre o assunto abordado.

Dando continuidade outro ponto criticado no que se refere ao SPED é a sua implantação (valor de custo), conforme menciona Queiroz (2008) “[...] desvantagem do novo sistema é que o sistema pode ter alto custo de implantação. Talvez até por isso se justifique a opção por empresas de grande porte como pioneiras na implantação do projeto”. Mostrando com isso que as grandes empresas como de costume saem na vantagem em relação a pequenas e médias, onde estas ficam limitadas no crescimento e prejudicadas pela falta de incentivos junto ao governo.

Em conformidade com este pensamento é observado que para o uso deste sistema, deve ser aplicado um investimento elevado, tanto na implantação como também na manutenção, porque na medida em que serão exigidas informações de modo rápido, seguro, esta efetivamente deverá estar acompanhada de hardwares e softwares compatíveis. Analisando “o impacto rápido da obsolescência dos equipamentos e softwares que utilizamos para atender às exigências legais”. (JUNIOR, P., 2004), isto demonstra as transformações constantes no mundo digital.

Por sua vez está sendo visto na maioria das empresas como o atraso da implantação do SPED para Aragão (2008),

[...] para atender ao Sped, elas terão de fazer uma reestruturação tecnológica, que inclui compra de computadores e de softwares, para emitir notas, além de equipamentos para armazenar os dados eletrônicos. Essas adaptações podem levar até seis meses, dependendo da condição de cada empresa.

Em acompanhamento ao dito anteriormente terão mais facilidades e agilidades na implantação do SPED as empresas de grande porte apresentando assim maiores vantagens (rapidez de informações, melhor adaptação) sobre as demais.

Além dos recursos financeiros, outra dificuldade a ser enfrentada com a implantação do SPED nas empresas é a falta de pessoas qualificadas, conforme ARAGÃO (2008) “Outro impacto do Sped nas empresas será a necessidade de capacitação de pessoal. Segundo o gerente da consultoria tributária IOB, José Adriano Pinto, a maior parte das empresas não tem gente preparada para prestar as informações na forma requerida pela Receita”.

Nas empresas falta mão-de-obra preparada ao desenvolvimento do SPED, a sua aplicação é muito detalhista, deve ser feito por pessoas com capacitação, bem treinadas, que

conheçam no geral os setores da empresa (contábil, fiscal, administrativo, financeiro, vendas), pois terá uma melhor ligação das informações para a obtenção dos resultados.

No uso do sistema de escrituração Paduan (2009, p. 44), comenta "O Sped opera com formulários eletrônicos padronizados e, portanto, não aceita nada fora do lugar nem campos em branco". Isso mostra a complexidade do sistema e na sua execução deverá contar com pessoas qualificadas o que reduz os erros.

Um fator fundamental para o SPED é a segurança nas informações, com exposição ao mundo virtual é essencial uma legislação que acompanhe este sistema. Para Pasa (2001, p. 82) "A existência de legislação e normatização específicas sobre o uso de documentos eletrônicos é imprescindível para que a contabilidade possa utilizar todo o potencial oferecido pelas novas tecnologias de informação". Em síntese mostra a necessidade de legislação própria para assegurar aos usuários virtuais ganhando assim maior relevância.

Em se tratando de legislação deverá principalmente apresentar Lei que evidencie o combate aos crimes virtuais conforme apresenta Fusco (2008, p. 102) "No campo digital, a internet coloca a empresa em contato com o mundo, mas corre o risco de invasões de hackers" o que pode ser constantemente visualizado crimes e furtos virtuais praticados por crackers causando grandes prejuízos.

Diante do exposto Fusco (2008, p. 104) retrata "Os bancos, que segundo dados extra-oficiais perderam cerca de 1 bilhão de reais em fraudes eletrônicas". Verificando dessa forma que no caso dos bancos que utilizam as melhores técnicas, os recursos mais avançados de informática para dar segurança aos usuários ainda assim sofrem com ataques virtuais, gerando dessa forma prejuízos as partes envolvidas.

Portanto, o que pode ser afirmado é a importância de aprovação do projeto lei (PLC 89/2003) que trará da punição aos crimes virtuais, aumentando a segurança aos usuários do SPED, aos órgãos administrativos como também as demais atividades executadas pelo uso da internet. "O projeto estabelece 13 crimes civis e pune com multa e até prisão delitos como roubo de senha – o estelionato eletrônico -, difusão de vírus e acesso não autorizado a dados" (FUSCO, 2008, p. 102).

Diante disso justifica-se a aversão de algumas pessoas ao uso da tecnologia nas atividades contábeis. Segundo os ensinamentos dos autores Bisato e Linke (2008, p. 18) "É necessária ainda uma mudança cultural para que os profissionais e as empresas aceitem e passem a aderir aos avanços tecnológicos que envolvem a profissão contábil", fundamentalmente na

utilização do SPED com a nota fiscal e livros, do arcaico papel a inovação tecnológica (arquivos digitais, eletrônicos).

Dessa forma o desenvolvimento do SPED é esperado com muitas expectativas, melhorias para o contribuinte, fisco e governo, mas o mesmo não está livre de eventuais falhas, atrasos, panes, erros, nesse direcionamento observa:

Dos sistemas exclusivamente integrados é a importuna visita dos órgãos fiscalizadores, a monitoração constante, a burocracia virtual, sem falar de possíveis falhas no sistema de informação ou no banco de dados, em relação aos contribuintes. Cabe lembrar que o computador é uma ferramenta de grande agilidade, mas não analisa os contribuintes como olho clínico da fiscalização. (JUNIOR, P., 2004).

Como não poderia deixar de mencionar dificuldades, cobranças, poucas informações, aumento de fiscalizações surgem com a implantação do SPED, todavia é preciso a sua adaptação onde este sistema tende a ser exigido o quando antes pelos órgãos fiscalizadores nas empresas tornando inviável o retorno da antiga escrituração.

2.4 Legislação aplicada ao SPED

O SPED surge na verdade baseado em várias leis, decretos, resoluções onde já se falava em compartilhar informações, maior controle nas obrigações, a utilização de arquivos digitais, acompanhamento da arrecadação e escrituração eletrônica logo então, surge um Sistema de Escrituração que busca a unificação para estas funções.

Com base na C.F. no art. 37, Emenda Constitucional 42/03 onde falava que as administrações deveriam compartilhar informações facilitando e agilizando as atividades realizadas. Observa no Inciso XXII:

As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Em seguida na Lei nº. 5.172/66 do Código Tributário Nacional - CTN, quando a mesma trata que os órgãos tributários deveram conceder auxílio na busca de fiscalizar as obrigações que são impostas em conformidade da lei ou convênio. Analisando no art.199,

A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Em análise aos Arts. 37, C.F. e 199 da Lei nº. 5.172/66, a Instrução Normativa - IN 86/2001 traz a utilização dos arquivos digitais que deveram permanecer a disponibilidade da Secretaria da Receita, baseando-se no Art. 1º da referida,

As pessoas jurídicas que utilizarem sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, ficam obrigadas a manter, à disposição da Secretaria da Receita Federal (SRF), os respectivos arquivos digitais e sistemas, pelo prazo decadencial previsto na legislação tributária.

Para uso ou acompanhamento das informações digitais é necessário segurança, para isso é fundamental o uso de códigos, chaves, certificados de identificação dos usuários que demonstrará integridade, validade da documentação, tanto para contribuintes como contador. Nesse passo a Medida Provisória - MP nº. 2.200-2/01, mostra no Art. 1º

Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Exemplificando para um melhor entendimento foi apresentado o código bidimensional composto de 44 caracteres, presente na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

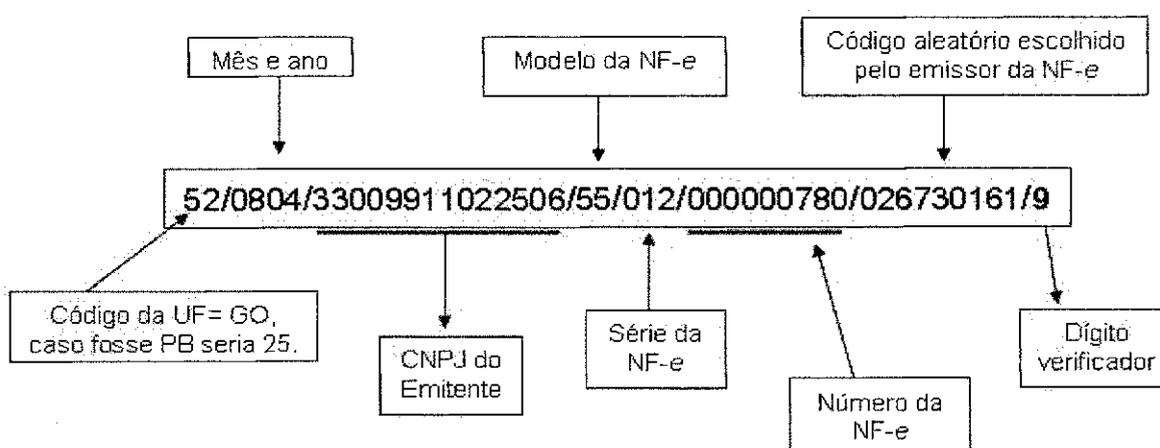


Figura 2 - Código bidimensional da NF-e

Fonte: Azevedo e Mariano (2009, p. 117).

Na Legislação Tributária as pessoas jurídicas devem se enquadrar segundo faturamento, o acompanhamento da arrecadação deverá ser mensal pela Secretaria da Receita Federal (SRF), junto às suas unidades. Verifica-se na Portaria nº. 557/04, Art. 2º

O acompanhamento diferenciado deverá verificar, mensalmente, os níveis de arrecadação de tributos e contribuições federais administrados pela SRF, em função do potencial econômico-tributário das pessoas jurídicas, bem assim das variáveis macroeconômicas de influência.

Posteriormente com a divisão, fiscalização, segurança, verificação das informações, foi apresentado à escrituração contábil em forma eletrônica, na resolução CFC nº 1.020/05.

NBC T 2.8 - 2.8.1.1. Esta norma estabelece critérios e procedimentos para a escrituração contábil em forma eletrônica e a sua certificação digital, sua validação perante terceiros, manutenção dos arquivos e responsabilidade de contabilista.

Em conformidade ao apresentado foi desenvolvido pela RFB o SPED, no intuito de padronizar e compartilhar as informações fiscais e contábeis, interligar os fiscos, facilitando e tornando mais rápido o trabalho dos contribuintes, melhorias para as fiscalizações em busca dos sonegadores com o cruzamento dos dados e agilidade nas auditorias

Desse modo, vislumbra-se no Decreto nº 6.022/07, no Art. 2º

O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos.

2.5. Convergência às Normas Internacionais

Com as constantes mudanças no mercado, antigas barreiras tenderam a reduzir porque o que se busca atualmente é oportunidade, análise dos resultados através de crescimento econômico, aumento da produção, uma expansão do comércio internacional conduzindo,

pois a convergência das demonstrações para as normas internacionais sendo adotada por diversos países e o Brasil também se preparando para esta realidade.

2.5.1 Legislação

A adoção brasileira caracteriza-se com a Instrução CVM nº. 457/07, com a elaboração e divulgação das demonstrações, com base no padrão contábil internacional. Baseando-se no Art. 1º

As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A partir da Lei nº 11.638/07 apresentou-se alterações para a normatização na convergência internacional, como modificações na estrutura do balanço, tornou fundamental a essência sobre forma, adicionou conta no ativo, substituiu e adicionou demonstrações, a mesma altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Já na MP 449/08, convertida em Lei nº 11.941/09 que também apresenta modificações da estrutura contábil para normatização a mesma trouxe alterações no balanço excluindo Ativo Diferido e REF, na DRE omite a expressão “não operacional” das receitas e despesas e traz de volta o LALUR que tinha sido abolido pela lei 11.638/07.

A princípio uma simples demonstração da estrutura do balanço com a MP 449/08.

Quadro 3 - Estrutura do Balanço

Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não – Circulante	Passivo Não - Circulante
RLP	ELP
Investimentos	PL
Imobilizado	Capital Social
Intangível	Reservas de Capital
	Reservas de Lucro
	Lucros ou Prejuízos Acumulados
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Incentivos Fiscais

Fonte: MP 449/08

Com acompanhamento para as Normas Internacionais o CFC que sempre esta na busca de melhorias e agilidades para a contabilidade resolve então adaptar-se com a criação do CPC, Resolução nº 1.055/05, o qual é composto pelas seguintes entidades:

1. ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas;
2. APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
3. BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo;
4. CFC – Conselho Federal de Contabilidade;
5. IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
6. FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras.

Vejamos então a visão de Martins (2009) quando trata da criação do CPC,

[...] um processo de normatização que não seja baseado tanto como ele é hoje em lei, norma, instruções dos órgãos governamentais, e que ela nasça de um organismo onde estejam presentes as empresas que produzem as informações contábeis, os contadores que a fazem, os auditores que examinam as demonstrações, os usuários, os analistas, os investidores, a bolsa de valores e a academia, por isso nasceu o CPC.

Mostrando que a partir da criação de um comitê com a participação de quem vivencia na prática esta realidade o mesmo irá atender as necessidades dos seus usuários de forma direta, precisa.

Contudo é observado o seu objetivo no art. 3º da Res. nº 1.055/05

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Em companhia ao CPC, foi criado também pelo CFC o Comitê Gestor da Convergência no Brasil Resolução nº 1.103/2007 composta das seguintes entidades:

1. CFC – Conselho Federal de Contabilidade,
2. IBRACON - Instituto dos Auditores Independente do Brasil
3. CVM - Comissão de Valores Mobiliários
4. BACEN – Banco Central do Brasil

E com análise no objetivo o comitê gestor apresenta no art. 3º

Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio da reforma contábil e de auditoria que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, bem como no aprimoramento das práticas profissionais, levando-se sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

No geral é fundamental uma legislação que propõe o desenvolvimento com participação de empresas brasileiras na disputa do mercado estrangeiro como também a participação deste no Brasil visando o interesse de ambos a busca por recursos financeiros.

2.5.2 Análises da Convergência

Os países do mundo estão se adequando a convergência das demonstrações para as normas internacionais na busca de uma melhor relação esperam-se benefícios como: redução no tempo, nos custos, aumento nos investimentos dos países envolvidos e uma maior transparência nas informações contábeis.

Como corrobora os autores Carvalho, Lemes e Costa (2008, p. 15), dando complemento ao citado anteriormente "A Contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar". Para a expansão dos investimentos entre os países é preciso clareza nas normas aplicadas.

Com a globalização na economia, tornou-se fundamental visualizar normas em momentos como segundo Carvalho (2007),

1. Na crise de 1929, foi percebido uma forte reação dos norte-americanos, a Lei das S.A. por exemplo, sofreu mudanças e obteve uma agência que controlaria o mercado de valores mobiliário norte – americano a criação da SEC, semelhante no Brasil a CVM, os seus auditores independentes reformularam normas contábeis, criando o Instituto Americano dos Contadores Públicos Certificados - AICPA, semelhante ao IBRACON no Brasil, de profissional não-governamental, e a Junta de Princípios Contábeis - APB com os devidos pronunciamentos e uso de técnica precisava da independência;

2. Com a quebra nas paridades cambiais ocorre a globalização nos mercados com o conhecimento e a tecnologia expandindo aos países que passaram de consumidores a parceiro de produção e a expansão de fábricas para economias emergentes na busca de matéria-prima, mão-de-obra, recursos.

Sobre a internacionalização dos mercados nota o pensamento de Leite (2002, p. 86),

[...] no que diz respeito ao desenvolvimento do mercado de capitais internacional, ao crescimento dos investimentos diretos estrangeiros e à formação de blocos econômicos traz consigo a necessidade de se ter um conjunto de padrões contábeis internacionais que possam viabilizar o processo de comparação de informações entre companhias de um mesmo grupo ou de grupos empresariais distintos

O processo de convergência será vantajoso para todos os países envolvidos com a disponibilidade de informações para quem informa como também a recebe, facilidades na elaboração das demonstrações, aumento de lucros, maior confiança e transparência das informações evidenciadas pelas empresas.

Ainda do referido autor "Os países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente, e por eles entendidas, terão significativa vantagem sobre os demais" (LEITE, 2002, p. 91). Por isso a adoção de diversos países em atendimento ao impacto das normas na economia destes países.

E ainda a respeito, Carvalho cita (2007, p. 114) "normas contábeis internacionais eliminam dificuldades de entendimento de lucros e patrimônios entre fronteiras e viabilizam fluxos de capitais". Portanto os investidores estrangeiros passarão a conhecer através das demonstrações a evolução das empresas que aderiram a normatização ganhando assim mais confiança e melhores investimentos.

Com as normas internacionais sendo adotadas por uma grandeza de países efetivamente é necessário um bom entendimento dos negócios das empresas, com a disponibilidade de balanços, documentos viabilizando informações confiáveis, objetivas onde "relatórios contábeis sempre são requeridos pelos investidores que desejam mensurar a conveniência e oportunidade para concretizar seus negócios. (NIYAMA, 2007, p.15).

Logo, investidores e credores precisam conhecer, relacionar, comparar com demais sociedades visando obter os melhores resultados nos negócios executados.

Nesse sentido, é evidente a clareza nas demonstrações tanto para quem recebe quanto a envia facilitando nos negócios realizados, garantindo a confiabilidade dos interessados, Conforme Martins (2009),

[...] as nossas normas contábeis se caminham convergentemente as normas internacionais fundamentalmente as do IASB pra que a gente possa se globalizar também nesta área de tal maneira a que possamos ter nossas demonstrações entendidas com facilidade por todo mundo e nós também esperamos poder receber informações do mundo todo da maneira como nós a praticamos aqui a também entendermos melhor.

Ou seja, o autor faz à comparação das normas brasileiras as internacionais buscando facilidades no entendimento para ambos.

2.5.3 Dificuldades na Convergência

As mudanças quando acontecem na maioria das vezes atinge uma grande população, e estas nem sempre são adaptadas de forma igual por todos. Portanto com a convergência no Brasil algumas dificuldades foram apresentadas: à falta de recursos, pessoas sem preparação.

Na opinião do autor Giroto (2009, p.14) comenta "Falta de Mão de obra qualificada, recursos financeiros para custear mudanças de sistemas, recursos tecnológicos escassos, educação especializada ainda não abrangente - são exemplos de dificuldades encontradas que retardam a migração". Dificuldades estas que podem até ser comparadas com a implantação do SPED conforme mencionado anteriormente, mas que deveram ser superadas e implantadas na devida aceitação.

Em se tratando de dificuldade da convergência é interessante analisar esta situação na comparação entre o Brasil e a Europa,

[...] por meio da Comissão Européia e do Parlamento Europeu, sediados em Bruxelas, deliberou em 2000 que as cerca de sete mil companhias abertas da União Européia passariam a adotar as normas internacionais IFRS² a partir de 2005. A lei nº. 11.638/07 foi publicada em 28 de dezembro de 2007, determinando imediata vigência a partir de exercícios sociais iniciando-se em 1º de janeiro de 2008 (GIROTO, 2009, p.13).

Isto mostra o porque das dificuldades presentes no Brasil, com a devida implantação da lei logo surge a sua cobrança com um intervalo de apenas 3 (três) dias enquanto na Europa a

² Já adotado por mais de 100 países.

devida adoção destas normas internacionais ocorreu em 5 (cinco) anos, se adequando e tomando as medidas necessárias para modificações junto as companhias.

Convém evidenciar a comparação desta Convergência com as mudanças ocorridas na Lei nº. 6.404/76 que na sua aplicação também apresentou inovações para contadores e empresários e ainda assim foi exigida dos mesmos a sua adaptação sendo depois visto os devidos resultados.

Em síntese analisando o cenário brasileiro “[...] a exemplo de diversos outros países no mundo, adotasse as normas internacionais de contabilidade. Entendemos que as Normas Internacionais de Contabilidade - NIC não são perfeitas. Aprimoramentos ainda são necessários” (DELOITTE, 2007, p. 7). Mas é essencial a aderência das IFRS, pois os países que adotarem estas normas ganharão mercado na economia global e demonstrarão dados mais confiantes.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Identificação do perfil dos profissionais com as mudanças na área contábil.

Nesta seção apresenta-se, de acordo com a metodologia, os resultados obtidos dos questionários aplicados junto aos profissionais contábeis da cidade de Sousa/PB, cujo objetivo foi a Identificação do perfil do profissional que atua na contabilidade privada no município de Sousa/PB diante das mudanças ocorridas na área contábil.

Foram analisadas questões de gênero, formação da área, atuação diversa, experiência profissional, principal dificuldade na profissão, fontes de atualização e informação, conhecimento do SPED, mudanças com esse novo sistema, NF-e e a Convergência brasileira às normas internacionais.

Na análise do gráfico 1 foi observado que da atuação do profissional contábil na amostra de 30 profissionais respondentes, 60% destes são representadas pelo sexo feminino enquanto 40% são masculino. Em razão disso, observa-se que com mais de 50% de atuação no mercado ocorre o predomínio das mulheres, contrariando a pesquisa realizada pelo CFC sobre o perfil do contabilista brasileiro “do total dos entrevistados – 19.918-, 74,6% são do sexo masculino, enquanto 25,4% são de sexo feminino” (GIROTTTO; CIAFFREI, 2009b, p. 4).

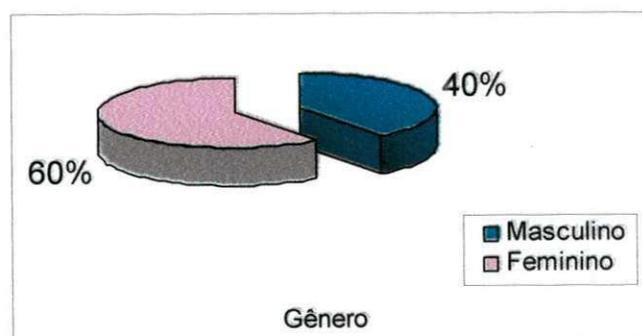


GRÁFICO1 – Gênero do profissional
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

O gráfico 2 demonstra a faixa etária dos profissionais contábeis. A maior parte dos profissionais da cidade de Sousa/PB encontra-se dos 31 a 45 anos. Foi percebido que estes profissionais acompanham a média nacional, como ressalta os autores Girotto e Ciaffrei

(2009b, p. 4) “44,1% encontram-se na faixa etária de 31 a 49 anos”. Lembrando que o total dos entrevistados na pesquisa nacional foi de 19.918. Essa faixa etária traduz significativa confiança das informações que são transmitidas pelos profissionais contábeis aos devidos usuários, demonstrando maiores conhecimentos da área contábil, praticidade das aplicações e o poder de decisão mais coerente.

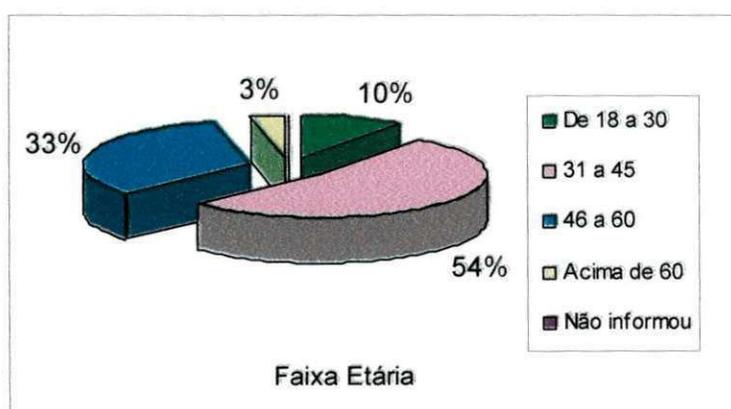


GRÁFICO 2 - Idade do Profissional Contábil
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Como se pode notar, com um percentual de apenas 10%, é pouca a participação de profissionais na faixa etária entre 18 a 30 anos. Entende-se que há uma tendência à mudanças neste item, uma vez que existem cursos de graduação em Ciências Contábeis na cidade.

Conforme pode ser visto no gráfico 3, foi analisando o grau de instrução dos contabilistas, obtendo como resultado numa amostra de 30 profissionais, 70% de formação técnica, 20% de nível superior, e 10% apresentando uma pós-graduação. Contrariando a pesquisa de perfil realizada pelo CFC, que segundo Giroto e Ciaffrei (2009b) a maioria dos profissionais entrevistados, possui formação superior numa totalidade de quase 61% e os demais o curso técnico, o que foi divergente da realidade na cidade sousense.

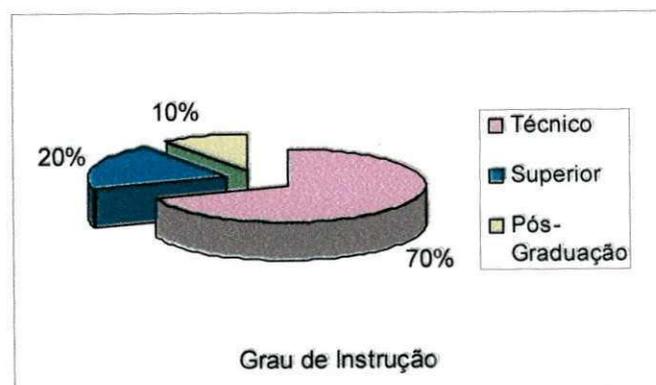


GRÁFICO 3 - Grau de Instrução
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Tendo em vista que a formação superior do profissional contábil é de fundamental importância tanto para eles quanto para os seus clientes, cujos conhecimentos serão ampliados, verifica-se com este percentual de 70% na formação técnica, há pouca procura destes profissionais por uma formação superior, mesmo contando com 3 opções conforme MEC: a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (presencial), a EADCON Educação à Distância(virtual), como também a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC (presencial) todas funcionando no período noturno.

Por sua vez, o gráfico 4 mostra a experiência profissional. Com 36% contadores atuam na área há mais de 25 anos, com 27% de 06 a 15 anos, também com o percentual de 27% entre 16 a 25 anos, e 7% com até 5 anos na realização da profissão. Analisando o crescente mercado nesta profissão é fundamental a qualificação para a permanência e crescimento do profissional no mercado atuante logo o mesmo deverá buscar a formação superior, uma pós-graduação, a participação constante em cursos, seminários, palestras obtendo assim, ganho tanto para o profissional como efetivamente o cliente.



GRÁFICO 4 - Experiência Profissional
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Observando o gráfico 5, que trata da área diversa de atuação do profissional contábil, com percentual de 47% os mesmos disseram não atuar em nenhuma área diferente realizando apenas a profissão de contabilista, 43% afirmam a realização de consultoria, para a função de professor apresentou percentual de (7%), este profissional transmite a prática vivenciada ao alunado baseando a teoria referida. Na atuação de perito apenas (3%) e sem nenhuma representação, o papel de auditor. Conforme visto os profissionais contábeis da cidade de Sousa/PB apresentam 70% formação técnica, portanto demonstra os baixos percentuais de professor, perito e auditor onde é exigido para a referida atuação formação superior.

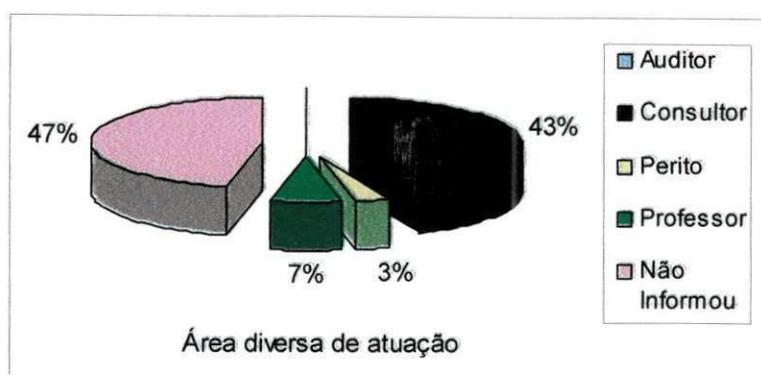


GRÁFICO 5 - Área diversa de atuação
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Nesse passo, o gráfico 6 mostra a quantidade de horas trabalhadas ao dia. 50% dos contabilistas entrevistados da cidade de Sousa/PB, trabalham de 9 a 10 horas diárias, um pouco mais da média de 8 horas/dia o qual teve representação de 33%, e com percentuais pequenos analisou-se carga horária de 11 a 12 (10%) e acima de 12 horas (7%). Isto mostra a disponibilidade de horário noturno que os referidos profissionais poderiam utilizar para uma formação superior e outras qualificações.

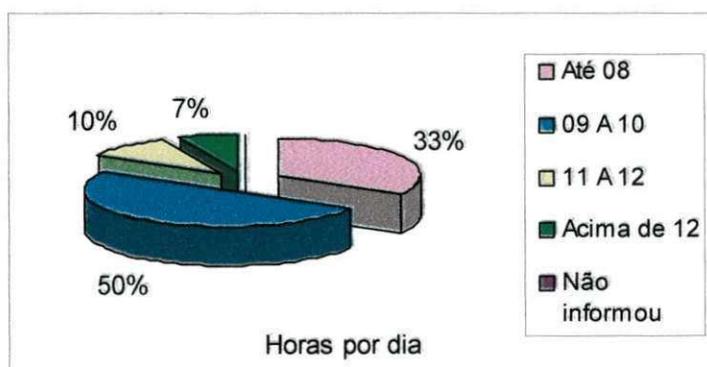


GRÁFICO 6 - Horas trabalhadas ao dia
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

O item, principal dificuldade para o profissional contábil sousense, ilustrado no gráfico 7, teve como resultado 40% falta de valorização na profissão, tudo isso retrata a desvalorização na realização das atividades do profissional contábil.

Outras dificuldades apresentadas aos profissionais, 27% dos entrevistados reclamam das constantes mudanças na legislação, 23% o uso da concorrência desleal, 7% falam da baixa remuneração e 3% nada informou não se identificando com as respostas, verificando que quando conhece a real importância da profissão, a dificuldade em manter-se atualizado nas

normas, leis que são exigidas ao profissional, o mesmo passará a valorizar mais o seu trabalho, a respeitar sua classe e assim obter o reconhecimento junto à sociedade.

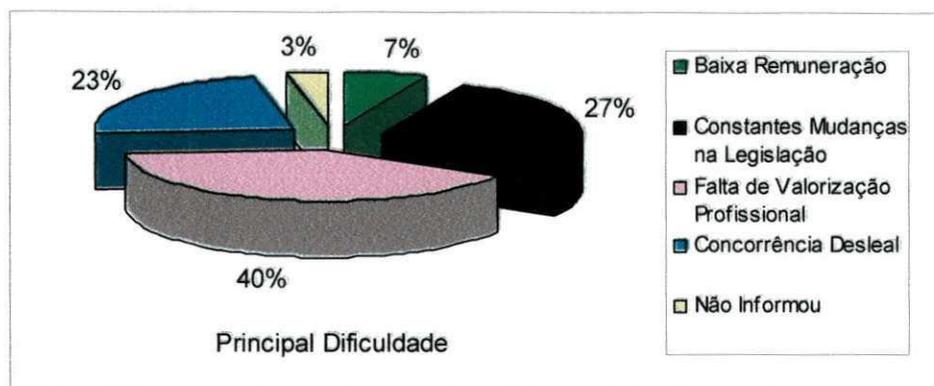


GRÁFICO 7 - Principal dificuldade do exercício da profissão
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Percebe-se no gráfico 8 as principais fontes de informações e atualizações para o profissional, com 66% a internet tem destaque sobre as demais fontes que foi perceptível em entrevista informal que os profissionais afirmavam a importância da internet para os serviços contábeis sendo essencial a sua utilização, diante de tantas mudanças ela é rápida e útil, com livros o percentual foi de 17% escolhido devido a confiança principalmente dos autores conhecidos da área, os cursos em companhias das revistas técnicas correspondem a 7%, e no uso dos boletins apresentando 1% para a devida atualização.

Para Lisboa (2007, p. 76), “o contabilista lida diariamente com aquele que é hoje apontado como um dos bens mais preciosos de uma economia: a informação”. Por isso é preciso para o profissional contábil uma constante atualização com as fontes de informações em atendimento as necessidades de seus usuários.

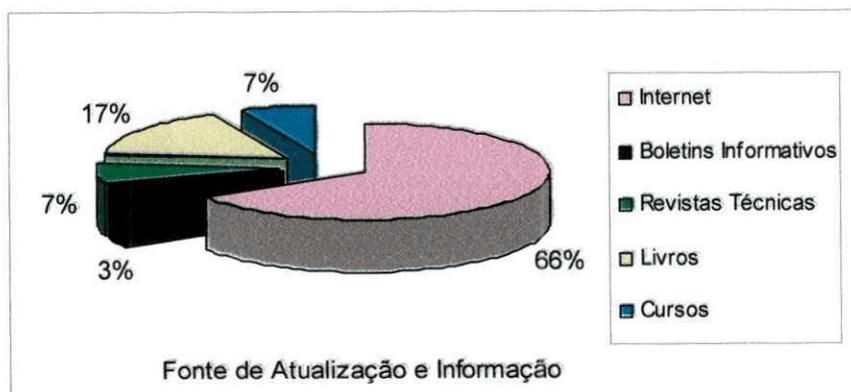


GRÁFICO 8 - Principal Fonte de Atualização e Informação
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Conforme foi visto anteriormente a principal fonte de informação e atualização, para os contabilistas da cidade de Sousa/PB é a internet, esta tornou-se essencial na realização dos serviços prestados. Com análise apresentada no gráfico 9,47% conheceram o SPED através da mesma, em seguida vem os cursos (*on-line*) com 40%, e um dado preocupante é que 10% ainda não conhecem o sistema isto é ruim para o profissional e, principalmente para os seus clientes pela falta de acompanhamento as mudanças da área contábil. E apenas 3% conheceram através de colega da profissão, nos livros nada foi apresentado mostrando que essa forma é mais utilizada para conhecimentos mais complexos.

A respeito das inovações da profissão, sustenta Smijntink (2006, p. 3) “As inovações da era digital são um convite para que os contabilistas dediquem-se mais a tarefas de análise, pesquisa, interpretação, projeção, previsão, consultoria, assessoria e auditoria, muito mais produtivas ao setor público e privado”. Percebe-se que quanto mais atualizado, melhor será para o contador, pois conquistarão novos mercados em atendimento às necessidades dos seus clientes, não se prendendo somente às exigências impostas pelo fisco.

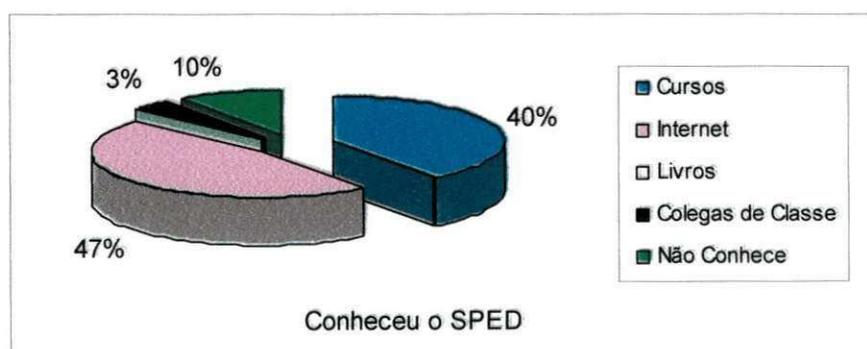


GRÁFICO 9 – Conhecimento do SPED
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

No caso do gráfico 10, o novo sistema de escrituração foi visto de modo positivo com 33% afirmando que o sistema vai melhorar no exercício da atividade contábil, 27% acreditam em uma maior valorização ao profissional da contabilidade, para 20% dos entrevistados o mesmo agilizará a forma de escrituração, 10% contesta que nenhuma modificação ocorrerá, e conforme mencionado (10%) não o conhecem evidentemente nada têm a mencionar sobre o sistema e na questão de piora nenhum apresentou tal resposta mesmo porque a mudança quando acontece sempre busca melhorias.

As respostas evidenciam positividade em relação ao uso do SPED. Nesse sentido deve-se dizer que confirmam os referidos objetivos citados anteriormente: “A transmissão única no cumprimento das divergentes obrigações acessórias; o combate a sonegação dos impostos;

melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações e auditoria eletrônica” (RFB).

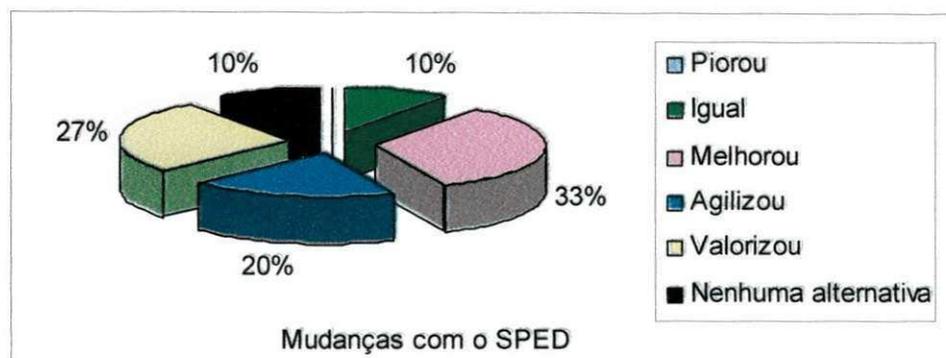


GRÁFICO 10 - Mudanças com o SPED na profissão contábil.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Nesse contexto, foi apresentado no gráfico 11 em complemento a escrituração digital as mudanças a respeito da NF-e, que também demonstrou boa aceitação com base na análise dos resultados obteve-se de forma igualitária com 37% resposta tanto nas melhorias como agilidades aos serviços de contabilidade, para 13% dos referidos profissionais a nota fiscal vai valorizar na sua aplicação, e os demais entrevistados 13%, contesta não ocorrerá ganho ou perdas permanece de forma igual, e em acompanhamento as demais questões não obteve resposta de piora junto a NF-e.

A respeito do SPED e da NF-e de acordo com Walter e Ribeiro (2008, p. 9) “representam um grande passo da administração brasileira para a diminuição das grandes burocracias que envolvem as obrigações fiscais e comerciais atualmente exigidas às empresas, que é o principal fator que “espanta” empresas estrangeiras na hora de investir no Brasil”. Este sistema surge no intuito de agilizar a escrituração nas empresas, tornar transparente as informações e ganhar confiança dos usuários, principalmente investidores estrangeiros, além de ter, inclusive, relação com as normas internacionais.

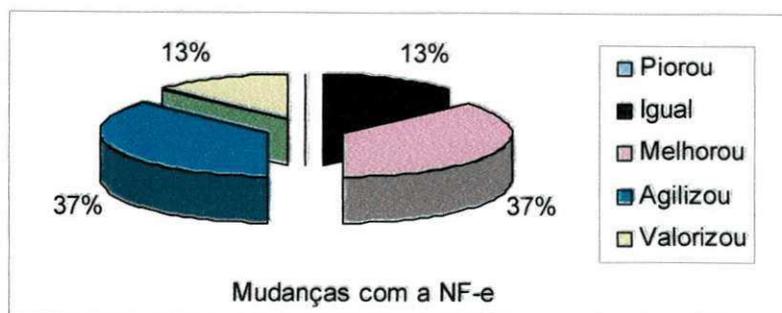


GRÁFICO 11 - Mudanças com a NF-e na profissão contábil
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Com relação à mudança na convergência das normas contábeis ao padrão internacional pode ver visualizado no gráfico 12 os resultados obtidos da pesquisa aos profissionais de Sousa/PB, estes acreditam com 44% uma melhoria para a contabilidade, 33% valorização, permanecendo igual para 13% e um percentual de 10% aponta agilidade, nada referente a piora com a convergência.

“Os países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente, e por eles entendidas, terão significativa vantagem sobre os demais” (LEITE, 2002, p. 91). Acompanhando o pensamento do autor os profissionais contábeis da cidade de Sousa/PB acreditam de forma positiva com 77% numa melhoria e valorização dos serviços contábeis em evolução das empresas que aderirem as normas internacionais.

No geral, percebe-se que mesmo com percentuais positivos (melhoria e valorização) em análise à convergência brasileira, pôde ser visto em entrevista informal certas dificuldades, carência de conhecimentos dos profissionais à respeito das legislações desse processo.

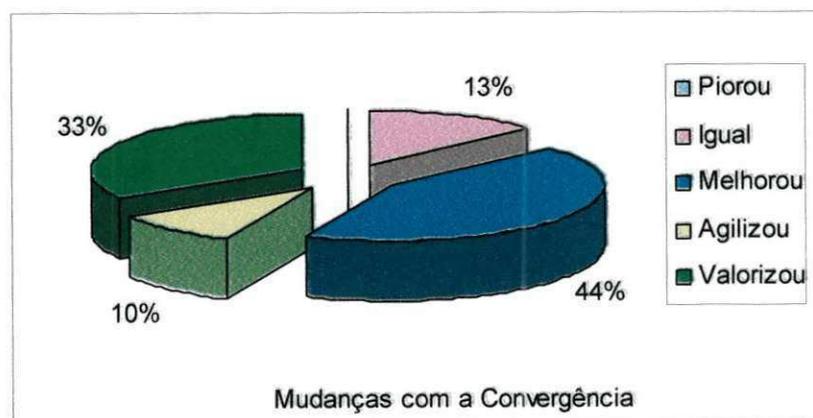


GRÁFICO 12 – Mudanças com a Convergência para as Normas Internacionais.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

O item seguinte procurou saber se os profissionais de contabilidade soursenses efetuavam além da DRE outras demonstrações exigidas na legislação. No Gráfico 13, o resultado traz 70% respondendo negativamente e apenas 30% afirmando a cumprimento de novas demonstrações, com isso limita as informações que deveriam ser repassadas as empresas e é um fator desfavorável para a convergência, onde a mesma trata da adaptação das normas com as demonstrações contábeis.

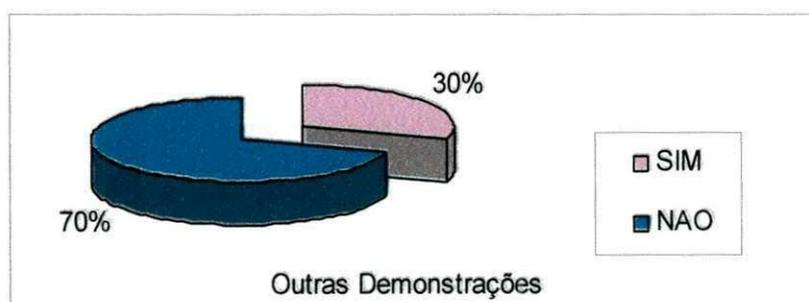


GRÁFICO 13 - Efetua outras Demonstrações Contábeis.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Conforme mencionado, no gráfico 13 mostra o item que questionava a realização de novas demonstrações contábeis. Já o gráfico 14 apresenta os resultados, 71% responderam que não cumpri outras demonstrações, 8% informaram a realização da DFC, e todas as outras apresentaram resultado de apenas 3%. Analisando Gonzalez (2009, p. 12). "É altamente salutar e bem-vinda a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que contribuiu para o fortalecimento da expressão da sustentabilidade nas DCs (Demonstrações Contábeis)".

Mostrando fator preocupante das referidas demonstrações, pois estes profissionais não a executam (71%) e com isso gera limitações, prejuízos as empresas através dos acionistas, fornecedores ou demais usuários.

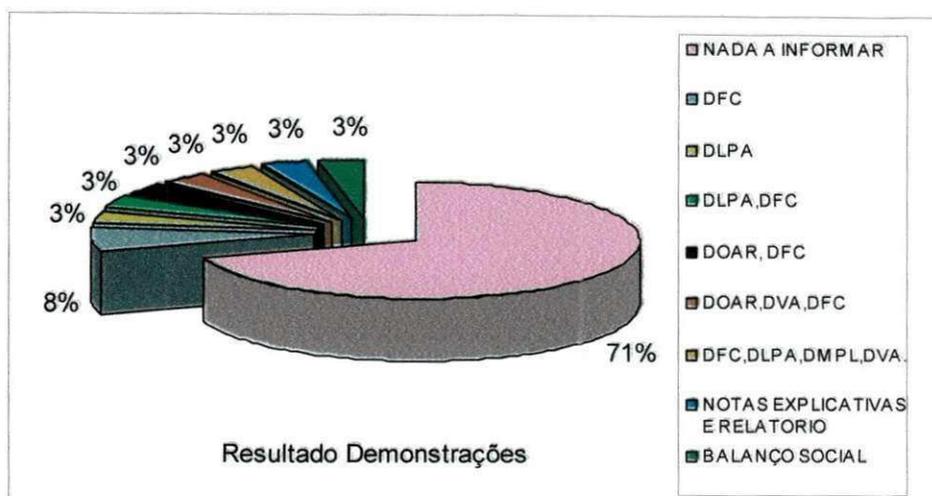


GRÁFICO 14 - Resultado Demonstrações realizadas pelos profissionais contábeis.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

E tendo, pois no gráfico 15 uma visão geral da opinião do contabilista da cidade de Sousa/PB sobre a relação dessas mudanças que passa a Profissão Contábil, foi questionada se a mesma vivencia sua melhor fase, para 73% dos entrevistados afirmaram tal resposta. Confirmando o dito anteriormente por Ludícibus (2004, p.43) “em termos de mercado de trabalho para o contador, as perspectivas são excelentes”.



GRÁFICO 15 – Mudanças na Profissão
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

O momento é adequado para os contabilistas mostrarem a sua importância com uma devida qualificação e adaptação, estes profissionais deverão ter as condições para o acompanhamento dessas modificações proporcionando um serviço de assessoramento adequado, a cada empresa/cliente baseado na sua realidade e necessidade, gerando assim ganhos para todos, sejam contribuintes, fornecedores, acionistas ou governo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou como objetivo identificar o perfil do profissional que atua na Contabilidade privada no município de Sousa/PB diante das mudanças ocorridas na área contábil. Na realização deste propósito, foi efetuada uma pesquisa de campo, tendo como instrumento de pesquisa, um questionário numa amostra de 30 profissionais, consoante com a mencionada metodologia.

Nas mudanças ocorridas no mercado econômico-financeiro e tecnológico em todo o mundo, o Brasil busca com medidas favoráveis acompanhar este desenvolvimento. Inicia com a criação de um Sistema de Escrituração – SPED, que traz padronização e compartilhamento das informações fiscais e contábeis, maior exposição e fiscalização além de interligar os fiscos. Na adaptação da convergência às normas internacionais é esperado o atendimento do impacto na economia e efetivamente a conquista de investimentos nas empresas, evidenciando as perspectivas para os profissionais da contabilidade que terão um trabalho detalhista no acompanhamento das referidas mudanças, portanto, devendo efetuar muito estudo, dedicação e preparação nos desafios vindouros.

Em acompanhamento aos resultados obtidos, verificou-se que embora os profissionais entrevistados afirmem que, de modo positivo, as vantagens do uso do SPED, NF-e e Convergência Internacional, foi percebido a presença de muitas dúvidas quanto ao sistema; pouco conhecimento relativo às legislações e falta de preparação na maioria dos profissionais, dessa forma podendo dificultar a sua atuação na prestação dos serviços.

Com base nos resultados observou-se:

- Os profissionais contábeis na maioria (70%) têm *formação técnica*, não se preocupam em adquirir formação superior mesmo contando com o curso de Ciências Contábeis (presencial ou virtual) nesta cidade, como também cidade vizinha (Cajazeiras a 44 km de distância), todas com funcionamento no período noturno.
- Quanto ao item *dificuldade no exercício profissional* sobressaiu com um percentual de 40% a falta de valorização, pode ser em razão da falta de cultura que as pessoas apresentam em relação ao profissional da contabilidade, o desconhecimento da referida área e até mesmo a desvalorização por parte dos profissionais.
- A *internet* tornou-se a *principal fonte de atualização e informação* para os profissionais contábeis num percentual de 66%, o que mostra uma maior expansão

desse meio de comunicação, em vista disso, a mesma deverá ainda ser melhor explorada pelos profissionais na realização de suas atividades.

- Em destaque na realização de *outras demonstrações* o percentual foi elevado, mas de resposta negativa 70% o que é preocupante onde a empresa fica prejudicada com limitações das informações para possíveis investimentos, sendo interessante também mencionar que contribuiu para o aumento deste índice as respostas divergentes expostas pelos referidos profissionais considerando-a então como negativa.
- A *profissão contábil vivencia sua melhor fase* para 73% dos profissionais, porém é essencial a adaptação e qualificação destes diante das mudanças, pois no entender de Junior, E. (2001, p. 33) "É necessário então uma conscientização por parte dos profissionais responsáveis pela geração de informação em uma entidade, a fim de elaborar melhor e sustentar-se em ferramentas próprias e condizentes com o grande objetivo de bem informar oportunamente". Obtendo sucesso o profissional contábil melhor preparado e trazendo, assim, ganhos a todos os envolvidos contribuinte e sociedade.

4.1 Recomendações

Em pesquisas futuras pode-se observar, além das informações deste trabalho e análise das conclusões os possíveis estudos:

- Um estudo da implantação até o desenvolvimento futuro do SPED, quais as vantagens e desvantagens aos contribuintes, aos órgãos fiscalizadores e aos governos.
- Quais os ganhos e perdas nas empresas após a adoção da Convergência Brasileira às Normas Internacionais;
- Comparação do perfil dos profissionais da cidade de Sousa/PB em relação às mudanças contábeis com profissionais de outras cidades circunvizinhas.

REFERÊNCIAS

ARAGAO, Marianna. 'Big brother' tributário entra em vigor em janeiro. **Net**. São Paulo, dez. 2008. Seção Artigos. Disponível em <http://www.iobsolucoes.com.br/artigos_big_brother_o_estado_de_sao_paulo_det.asp> acesso em 16 out. 2009.

AZEVEDO, Osmar Reis. MARIANO, Paulo Antonio. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Presidência da República**. Brasília, DF, 25 out. 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm> Acesso em 15 set. 2009.

BRASIL. Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia. **Presidência da República**. Brasília, DF, 24 ago. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2200-2.htm> Acesso em 15 set. 2009.

BRASIL. Instrução Normativa SRF 86, de 22 de outubro de 2001. Dispõe sobre informações, formas e prazos para apresentação dos arquivos digitais e sistemas utilizados por pessoas jurídicas. **Presidência da República**. Brasília, DF, 22 out. 2001. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Ins/2001/in0862001.htm>> Acesso em 15 set. 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional 42, de 19 de dezembro de 2003. Altera o Sistema Tributário Nacional. **Presidência da República**. Brasília, DF, 19 dez. 2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm. Acesso em 15 set. 2009.

BRASIL. Portaria SRF 557, de 26 de maio de 2004. Dispõe sobre o acompanhamento econômico-tributário diferenciado das pessoas jurídicas. **Presidência da República**. Brasília, DF, 26 mai. 2004. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Portarias/2004/portrsf557.htm>. Acesso em 15 set. 2009.

BRASIL. Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. **Presidência da República**. Brasília, DF, 22 jan. 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm. Acesso em 15 set. 2009.

BRASIL. CVM 457, de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Presidência da República**. Brasília, DF, 13 jul. 2007. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc>>. Acesso em 15 set. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404/76, e da Lei no 6.385/76. **Presidência da República**. Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm> Acesso em: 15 set. 2009.

BRASIL. Lei 11.941, de 27 de maio de 2009. . Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários. **Presidência da República**. Brasília, DF, 13 jul. 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm>. Acesso em 15 set. 2009.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BISATO, Izaura Roberta. LINKE, Ivanete. Os novos procedimentos contábeis apresentados pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). **Net**. Paraná, 2º quadrimestre 2008. Ano 33, nº. 151. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/publicacoes/downloads/revista151.pdf>> acesso em 16 out. 2009.

CARVALHO, Luiz Nelson. O "IASB" (Junta de Normas Internacionais de Contabilidade) como proponente global de normas contábeis. **REPEC**. Resenha. vol. 01n. 02, ISSN1981-8610, maio/ago. 2007, p. 111-114. Disponível em <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/12/13>>. Acesso em 15 set. 2009.

CARVALHO, L. Nelson. LEMES Sirlei. COSTA Fábio Moraes da. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Res. nº 1.020 de 18 fev. 2005. Aprova a NBC T 2.8 – Das Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Eletrônica, **Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília, DF, 18 fev. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Res. nº 1.103 de 28 set. 2005. Aprova o Apêndice à Resolução cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, **Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília, DF, 28 set. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Res. nº 1.055 de 07 out. 2005. Aprova o Apêndice à Resolução cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, **Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília, DF, 07 out. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Res. nº 803 de 10 out. 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC, **Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília, DF, 10 out. 1996.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Net**. Disponível em <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=295>>, acesso em 16 out. 2009

DELOITTE. **Normas Internacionais de Contabilidade**. IFRS. São Paulo: Atlas, 2007.

FUSCO, Camila, O Big Brother vem aí? **Revista Exame**. São Paulo, Edição 0923 p. 102-104. 30 de julho de 2008.

GIROTTO, Maristela. Reportagem: A migração das normas contábeis brasileiras para o padrão internacional: especialistas analisam o processo. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, n. 175, p.07-23, jan/fev/2009.

GIROTTO, Maristela. CIAFFREI, Gabriel. Reportagem: Por que investir em desenvolvimento profissional. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, n. 176, p.11-17, mar/abr/2009a.

GIROTTO, Maristela. CIAFFREI, Gabriel. Pesquisa revela perfil do contabilista brasileiro. **Jornal do CFC**. Brasília, p. 4-5, jun/jul/2009b.

GONZALEZ, Roberto. Lei 11.638/07 e a Sustentabilidade. **Net**. São Paulo, set/out. 2009. Seção Artigos. Boletim eletrônico, nº 172. ISSN 1807-7617. Disponível em http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/boletim/boletins/boletim172.pdf, acesso em 15 set. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: para o nível de graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNIOR, Edgard B. Cornachione. **Informática Aplicada às Áreas de Contabilidade, Administração e Economia**, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

JUNIOR, Pereira Luvercy. FISCALIZAÇÃO ELETRONICA: Uma proposta de utilização. **Boletim Ibracon**. Outubro, 2004. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/publicacoes/abrirboletim.asp?idboletim=44>

LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. Normas contábeis internacionais: uma visão para o futuro. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, n. 136, p.85-97, jul/ago/2002.

LISBOA, Lázaro Plácido. (Coord.). **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Eliseu. O impacto das normas contábeis na internacionalização das empresas e o CPC. **Net**. São Paulo, 2009. Vídeo. Disponível em <<http://www.cfc.fipecafi.org/#>> Acesso em 15 set. 2009.

MEC. **Net**. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16/out/2009.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 6. ed. Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

NETTO, Alvim Antônio de Oliveira; MELO, Carina de. **Metodologia da Pesquisa Científica**: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. Revisada e ampliada. Florianópolis: Visual Books, 2008.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Luíz Martins de. et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADUAN, Roberta. Corrida para alimentar o Leão. **Revista Exame**. São Paulo, Edição 0943. p. 42-44. 20 de maio de 2009.

PASA, Eduardo Cesar. O Uso de Documentos Eletrônicos na Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**, São Paulo - SP, v.14, n. 25, p. 72-83, jan-abril. 2001. Disponível em:

<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad25/Revista_25_parte_5.pdf>. Acesso em 15 set. 2009.

QUEIROZ, Dimas Barreto de. *et al.* Uma Análise das Percepções dos Usuários do Sistema Público de Escrituração Digital-SPED. In. **Anais eletrônicos** do XI ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - NE, Aracajú, SE, 2008

Receita Federal do Brasil – RFB. **Net**. Disponível em <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>. acesso em 16 out. 2009.

Receita Federal do Brasil – RFB. **Net**. Disponível em <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>> acesso em 16 out. 2009.

Reportagem: Os benefícios do Sistema Público de Escrituração Digital. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, n. 174, p.15-23, nov/dez/2008.

SMIJTINK, Maurício Fernando Cunha. Impactos da nota fiscal eletrônica, a NF-e. **Net**. Paraná, 2º quadrimestre 2006. Ano 31, nº 145. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/publicacoes/downloads/revista145.pdf> >acesso em 16 out. 2009.

SOUZA Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC**: métodos e técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007.

WALTER, J. P. RIBEIRO, O. D. J. Sistema Público de Escrituração Digital e Nota Fiscal Eletrônica: o Brasil Evoluindo com o Contribuinte. **Net**. Disponível em <http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vlVn02/t008.pdf>>, acesso em 08 set. de 2009.

Apêndice A – Carta aos Contabilistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Sousa, 05 de outubro de 2009.

À senhora
Ângela Pereira
Rua Cel. José Vicente, Centro.
58.800-000 - Sousa-PB

Assunto: Relação dos Profissionais /Escritórios de Contabilidade

Senhora Delegada,

Gostaria se possível de uma relação completa na qual conste os Profissionais/ Escritórios de Contabilidade habilitados no CRC/PB, na cidade de Sousa, pois, pretendo realizar questionários com os devidos profissionais do mesmo, e assim obter dados para análise, que será de uso no meu trabalho monográfico em execução.

Atenciosamente,

Francisco Dinarte de Sousa Fernandes

Professor Mcs./Matrícula Siape 3413954

Apêndice B – Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Questionário

Como se comporta os Profissionais da Contabilidade diante das novas mudanças da profissão.

01-Sexo

Masculino Feminino

02-Faixa Etária

18 a 30 31 a 45 46 a 60 acima de 60 não informou

03-Grau de Instrução

Curso Técnico Curso Superior Pós-Graduação

04-Experiência, quanto tempo atua na profissão

até 05 anos 06 a 15 16 a 25 acima de 25 não informou

05-Área diversa de atuação

Auditor Consultor Perito Professor não informou

06-Quanto tempo trabalha em média horas/dia.

até 08 09 a 10 11 a 12 acima de 12 não informou

07-Principal dificuldade do exercício da profissão

Baixa Remuneração Constante mudanças na legislação Falta de valorização profissional Concorrência desleal não informou

08-Principais fontes de informações e atualizações:

Internet Boletins Informativos Revistas Técnicas Livros Cursos

09-Como conheceu o Sistema Público de Escrituração Contábil – SPED.

Cursos Internet Livros Colegas de classe não conhece

10-Com o Sistema Público de Escrituração Contábil – SPED, a profissão contábil:

Piorou Igual Melhorou Agilizou Valorizou

11-Com a implantação da NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), os serviços de contabilidade:

Piorou Igual Melhorou Agilizou Valorizou

12- A convergência na legislação no caso do Brasil com a Lei nº. 11.638/07 e a 11.941/09.

Piorou Igual Melhorou Agilizou Valorizou

13- Além da DRE, efetua outras Demonstrações Contábeis.

Sim Não

Caso responda sim, por favor citar:

14-Com relação a essas mudanças a Profissão Contábil vivencia sua melhor fase

Sim Não

Nome	Endereço	Bairro	Cidade	CEP	Endereço Com.	Bairro Com.	Cidade Com.	CEP
JOAO BOSCO TEODORO DOS SANTOS	R SIMAO AFONSO DE CARVALHO,02	SAO JOSE	SOUSA	58804-490	R NESTOR JOSE SARMENTO,02	CENTRO	SOUSA	58800-100
EDISIO JUSTINO DE FIGUEIREDO	R APRIGIO DE SA, 06	CENTRO	SOUSA	58800-090	R ODON BEZERRA, 30	CENTRO	SOUSA	58800-130
JOSE NUNES DA COSTA	R PEDRO VIEIRA DA COSTA, S/N	CENTRO	SOUSA	58800-390	R CEL. JOSE VICENTE, 42	CENTRO	SOUSA	58800-000
JOSE DA SILVA RAMOS	R FRANCISCO FANANCA, 31	CENTRO	SANTA CRUZ	58824-000	R FRANCISCO FANANCA 31	CENTRO	SANTA CRUZ	58824-000
MARIA NOEME DA SILVA PORDEUS	R RES. JOAO PESSOA, S/N - 2º. ANDAR	CENTRO	SOUSA	58800-010	R PRES. JOAO PESSOA, S/N - 1º. ANDAR	CENTRO	SOUSA	58800-010
ALAIDE MARQUES DE SOUSA	R CONEGO JOSE NEVES,42 ED NORD. AP 103	CENTRO	SOUSA	58800-190	R CONEGO JOSE NEVES,42 ED NORDESTINO L 4	CENTRO	SOUSA	58800-190
MARIA DE FATIMA ROLIM BRAGA GADELHA	R PRINCESA ISABEL, 85	M.L.S MEIRA	SOUSA	58800-080	R RUI BARBOSA, 05	CENTRO	SOUSA	58800-080
FRANCISCO MOREIRA SOBRINHO	R ISAAC MOREIRA DE QUEIROGA, 13	GATO PRETO	SOUSA	58802-140	R ISAAC MOREIRA DE QUEIROGA, 11	GATO PRETO	SOUSA	58802-140
JOSE ALVES FACUNDO	R SINFRONIO NAZARÉ, 16	CENTRO	SOUSA	58800-550	R SINFRONIO NAZARE, 16/1º ANDAR	CENTRO	SOUSA	58800-240
PERICLES ALVES MOREIRA	R SARGENTO SARMENTO 71	BANCARIOS	SOUSA	58802-720	R PRESIDENTE JOAO PESSOA,05-1º AND-S/03	CENTRO	SOUSA	58800-010
LUCIA DE FATIMA ARAUJO GONÇALVES	R ANA NERY,30	GATO PRETO	SOUSA	58802-070	R DEPUTADO JOSE DE PAIVA GADELHA 125	AREIA	SOUSA	58801-620
ELISABETE BRAGA ROLIM VIEIRA	AV PRINCESA ISABEL, 81	ESTREITO	SOUSA	58802-660				
MARIA DO CARMO DE SOUSA	R DEZESSEIS, S/N	CENTRO	SOUSA	58814-000				
FRANCISCO TRAJANO FIGUEIREDO	R SIFRONIO NAZARE, 7:-A	CENTRO	SOUSA	58800-240	R ANTONIO TEODORO NETO, 19	ESTREITO	SOUSA	58802-770
MARTA CRISTINA LEITE CORREIA	R SIMAO AFINSO CARVALHO,03	SAO JOSE	SOUSA	58804-410	R NESTOR JOSE SARMENTO,02	CENTRO	SOUSA	58800-100

Nome Endereço Bairro Cidade	CEP		Endereço Com. Bairro Com. Cidade Com.	CEP
JOILCE DE OLIVEIRA NUNES R IZAAC MOREIRA DE QUEIROGA, 54 CENTRO SOUSA	58802-140		R CEL. JOSE VICENTE, 22/A 2º ANDAR CENTRO SOUSA	58800-000
FRANCISCO DE ASSIS PEDROSA RIBEIRO R ANTONIO VIEIRA, 05 CENTRO NAZAREZINHO	58817-000		R CORONEL JOSE VICENTE, 22/SL 202 CENTRO SOUSA	58800-005
MARIA ANGELA PEREIRA DANTAS R JOSE PEREIRA FONTES, 07/1º ANDAR B. DA ESTACAO SOUSA	58803-340		R CEL. JOSE VICENTE, 32/SALA D - TERREO CENTRO SOUSA	58800-490
RITA PAZ DA SILVA R ISRAEL PORDEUS GARRIDO, 12 GATO PRETO SOUSA	58802-122	00027	R PRESIDENTE JOAO PESSOA, 13/1º ANDAR - SALA CENTRO SOUSA	58800-010 00027
MARIA EUFLAUSINA DE LIRA MOTA R JOAQUIM NABUCO, 20 ESTACAO SOUSA	58803-560		R CONEGO JOSE VIANA, 18 ESTAÇÃO SOUSA	58803-160
MARIA EDILMA JUSTINO R EPITACIO TAVARES 14 CENTRO AGUIAR	58778-000			
GIGLI SARMENTO GADELHA R PROFESSOR VIRGILIO PINTO 05 CENTRO SOUSA	58800-550		R SINFONIA NAZARE CENTRO SOUSA	58802-690
HENRIQUE DE OLIVEIRA R JAO MOREIRA, 60 LADO A ANGELIM SOUSA	58804-020			
MOACIR MORENO R HUGO ROMERO S/N SAO GONCALO SOUSA	58800-000		COOPERATIVA PERIMETRO I.SAO GONCALO SOUSA	
FRANCISCO DINARTE DE SOUSA FERNANDES R CEL. JOSE VICENTE, 48 CENTRO SOUSA	58800-000		R CEL. JOSE VICENTE, 48 CENTRO SOUSA	58800-005
WANIA QUEIROGA FONTES R PRINCESA ISABEL, 25 MARIA DE LOURDES SAR SOUSA	58802-660		R CEL. JOSÉ GOMES DE SÁ, 35/SUB. LOJA CENTRO SOUSA	58800-050
FRANCISCO ERICKE MARTINS R JOÃO SEVERO BRASILEIRO S/N CENTRO IGARACY	58775-000			
WELLINGTON PESSOA DE LIMA R INES MARIZ, 19 ESTREITO SOUSA	58802-800		R PRESIDENTE TANCREDO NEVES, S/N JARDIM SORRILANDIA SOUSA	58800-970
JOSE ARAGAO DA SILVA R MANOEL GADELHA FILHO, S/N GATO PRETO SOUSA	58800-000		R MANOEL GADELHA FILHO, S/N GATO PRETO SOUSA	58800-000
MARIA DE FATIMA BERNARDO R CEL. ANTONIO SOARES, 59 ESTREITO SOUSA	58802-670		R FRANCISCA MARIA DE ABRANTES, S/N ESTAÇÃO SOUSA	58803-230

Nome Endereço Bairro Cidade	CEP	Endereço Com. Bairro Com. Cidade Com.	CEP
MARIA URSULINA DE SANTANA R ALOISIO CARTAXO DE SA, 68 A. GADELHA SOUSA	58806-490	R SINFONIA NAZARE, 16 - 1º ANDAR CENTRO SOUSA	58800-240
JOSE CLEIDE ALEXANDRE GOMES R PROFESSOR TRAJANO, 78 CENTRO SOUSA	58800-630	R NABOR MEIRA 24-1º ANDAR CENTRO SOUSA	58800-310
AMAURY NUNES FERREIRA R JOAO TRAJANO, 11 ESTREITO SOUSA	58800-000	R CEL. ANTONIO SOARES, 86 CENTRO SOUSA	58802-690
ELIZABETE NOBREGA DA SILVEIRA R LAFAYETTE PIRES FERREIRA, 15 Centro SOUSA	58800-010	R FRANCISCO ALVES DE MORAIS S/N ANGELIM SOUSA	58801-590
R. MUNDO ANDRADE DE FREITAS R PAULO ANDRADE, 35, CASA CENTRO RIACHO DOS CAVALOS	58870-000	R PRINCESA ISABEL, S/N TABAJARA CATOLE DO ROCHA	58884-000
JUCELIO COSTA DE ARAUJO R RAIMUNDO BRAGA ROLIM, 57 SAO JOSE SOUSA	58804-450	R SIMAO AFONSO DE CARVALHO, 1 SAO JOSE SOUSA	58804-410
EDVAM MOREIRA DE SENA R SADY FERNANDES 43 GATO PRETO SOUSA	58802-030	R SADY FERNANDES 43 GATO PRETO SOUSA	58802-030
DISRAELI ABRANTES MOREIRA R IZAAC MOREIRA DE QUEIROGA, 13 GATO PRETO SOUSA	58802-140	R IZAAC MOREIRA DE QUEIROGA, 11 GATO PRETO SOUSA	58802-140
JOSENILZA DA COSTA FERNANDES TV CORONEL OTACILIO AFONSO DE SOUSA, 19 GATO PRETO SOUSA	58802-035	TV CORONEL OTACILIO AFONSO DE SOUSA, 19 GATO PRETO SOUSA	58802-035
SERGIO CABRAL DE MORAIS RUA. PRINCESA ISABEL 86 CENTRO SOUSA	58800-000	R EMILIO PIRES, 60 CENTRO SOUSA	58800-000
MARIA DO SOCORRO BEZERRA R IZAAC MOREIRA DE QUEIROGA, 04 ESTREITO SOUSA	58802-140	R ISAAC MOREIRA DE QUEIROGA, 04 ESTREITO SOUSA	58802-140
NELITA PEREIRA TORRES R DEPUTADO MANOEL GONCALVES, 152 AREIAS SOUSA	58800-000	R PRES. JOAO PESSOA, 30 CENTRO SOUSA	58800-010
MARCOS JOSE DE OLIVEIRA R LIANOR BEZERRA LEITE, 103-1º ANDAR JARDIM IRACEMA SOUSA	58807-030	R LIANOR BEZERRA LEITE, 103-1º ANDAR JARDIM IRACEMA SOUSA	58807-030
LECIO JUNIOR DE OLIVEIRA NUNES RUA. PEDRO VIEIRA DA COSTA, S/N CENTRO SOUSA	58800-390	RUA. CORONEL JOSE VICENTE, 22-A CENTRO SOUSA	58800-000
DINACIO DE SOUSA FERNANDES R DR. JOSE GADELHA, 40 ALTO CAPANEMA SOUSA	58803-000	R CEL. JOSE VICENTE 48 - SALAS 101/102 CENTRO SOUSA	58800-005

Nome Endereço Bairro Cidade	CEP	Endereço Com. Bairro Com. Cidade Com.	CEP
AURINETE DA SILVA SOUZA R JÚLIO FERREIRA 18 ESTAÇÃO SOUSA	58803-260	R SINFRONIO NAZARE, 10 CENTRO SOUSA	58800-240
RONALDO MEDEIROS R EVANGELISTA CHINA, 25 JOSE LINS DE REGO SOUSA	58800-230	R EVANGELISTA CHINA, 25 JOSE LINS DO REGO SOUSA	58800-230
VERONICA DIAS VIEIRA R AUGUSTO MARQUES SEIXAS, 4 GATO PRETO SOUSA	58802-300		
FRANCISCO DE ASSIS ALENCAR DA COSTA R JOAO GONÇALVES DOS SANTOS,84 AREIAS SOUSA	58801-500	R JOAO GONÇALVES DOS SANTOS,84 CENTRO SOUSA	58801-500
JIVAN CEZAR ANANIAS DE SOUSA R JOSE NOBREGA 54 CONJ INDEPENDENCIA APARECIDA	58823-000	R JOSE CARNEIRO, 290 LAVANDERIA APARECIDA	58823-000
DIOGENES PORDEUS BRANDAO R FRANCISCO CRUZ, 09 SAO JOSE SOUSA	58805-230		
JOSE CARLOS NONATO R DOM PEDRO I, 11 ESTACAO SOUSA	58803-380	R NABOR MEIRA,13-SALA 09 CENTRO SOUSA	58800-310
SOSTENYS GOMES DE SOUSA R PRINCESA ISABEL,54 ESTREITO SOUSA	58802-660	R EPITACIO PESSOA,53 ESTAÇÃO SOUSA	58803-190
SUELI PEREIRA DE ANDRADE R DR. THOMAZ PIRES, 76 ESTREITO SOUSA	58802-700	R SINFRÔNIO NAZARE, 16 - 1º ANDAR CENTRO SOUSA	58800-240
MARIA AUXILIADORA FERNANDES DE LIMA R AUGUSTO DOS ANJOS, 17 ESTREITO SOUSA	58802-740	R AUGUSTO DOS ANJOS, 17 ESTREITO SOUSA	58802-740
SAULY MARTINHO GOMES DE SOUSA R CONEGO JOSE VIANA,25-1º ANDAR B CENTRO SOUSA	58803-160		
MARIA DE FATIMA LIRA TORRES R RAIMUNDA XAVIER F. SOUSA,16 SAO JOSE SOUSA	58804-490	R RAIMUNDA XAVIER F. SOUSA,16 SAO JOSE SOUSA	58804-490
HERQUIMEIRE CRISTINA GARRIDO AUGUSTO R ANTONIO SOARES, 18 CENTRO SOUSA	58800-000	R ANTONIO SOARES, 18 CENTRO SOUSA	58800-000
JOSENILDO VICENTE DE SOUZA R ANA NERY,01 GATO PRETO SOUSA	58802-070		
EVANILDO PEREIRA DE LIMA R HOSPIRIO DE SOUSA MELO, 88 BEIRA RIO JERICO	58830-000	R HOSPIRIO DE SOUSA MELO, 88 BEIRA RIO JERICO	58830-000

Nome	Endereço	Bairro	Cidade	CEP	Endereço Com.	Bairro Com.	Cidade Com.	CEP
THARDELLY DA SILVA BESERRA R ISAAC MOREIRA DE QUEIROGA, 6 GATO PRETO SOUSA				58802-140	R CONEGO JOSE NEVES,42-SALA 10 CENTRO SOUSA			58800-190
JOSE ALEXANDRE ABRANTES DA SILVA R JOAO ROCHA, 67 ALTO CAPENEMA SOUSA				58800-610	R JOAO ROCHA,67 ALTO CAPENEMA SOUSA			58800-610
BERTOLDO LUIZ DE ABRANTES CRISPIM R ANTONIO TEODORO NETO,07 CONJ BANCARIOS SOUSA				58802-770				
MARIA DO SOCORRO ALEXANDRE MOREIRA TEODI R DR. THOMAZ PIRES DOS SANTOS,108 M.L.S. MEIRA SOUSA				58802-700	R DR. TOMAS PIRES DOS SANTOS, 108 MLS MEIRA SOUSA			58800-000
FERNANDO VALDO GOMES DE MELO R PROFESSOR TRAJANO, 49 SOUSA SOUSA				58800-630				
ADNA AFONSO BATISTA R LIANOR BEZERRA LEITE, 103 JARDIM IRACEMA SOUSA				58807-030				
ANDREA RODRIGUES DA COSTA R GENESIO GAMBARRA, 50 ALTO CAPANEMA SOUSA				58800-670				
ARLEY ABRANTES DE ALMEIDA R BOAVENTURA ROCHA, 40 CENTRO SOUSA				58800-570				
JOSE RIBAMAR MARQUES DE CARVALHO R ANTONIO MOREIRA PINTO,22 CENTRO SOUSA				58822-000				
ELENUZA SOARES R ALMEIDA BARRETO, 07 CENTRO SOUSA				58800-540				
JOILMA ANDRADE DE ARAUJO ABRANTES R TENENTE ZUCA, 08 1 ANDAR ESTREITO SOUSA				58802-790	R MANOEL GADELHA FILHO, 37 CENTRO SOUSA			58802-000
FRANCISCO PETRONIO MARQUES ABRANTES R MANOEL MENDES, 22 CENTRO SOUSA				58802-100	R CEL JOSE VINCENTE,48 1º ANDAR CENTRO SOUSA			58800-005
MARIA PAZ DA SILVA BESERRA R ISAAC MOREIRA, 06 GATO PRETO SOUSA				58803-140				
JOSE SUCUPIRA NETO R RAIMUNDO P DE OLIVEIRA, 210 JARDIM SORRILANDIA SOUSA				58805-150				
RIVALDO ADONIAS JUNIOR R JOSE BONIFACIO FRAGOSO,406 CENTRO BREJO DOS SANTOS				58880-000	R APOLONIO PEREIRA,130-AP.01 CENTRO BREJO DOS SANTOS			58880-000

Nome	Endereço	Bairro	Cidade	CEP	Endereço Com.	Bairro Com.	Cidade Com.	CEP
EDILVA LINS CAVALCANTE	R CRISELDA CAVALCANTE, 08	ALTO CAPANEMA	SOUSA	58803-640				00025
HANGLEB ARAUJO DE MEDEIROS	R SARGENTO SARMENTO,61	ESTREITO	SOUSA	58802-720				
DOMICIANO VIEIRA GOMES SEGUNDO	R APRIGIO DE SA, 10	CENTRO	SOUSA	58800-000	BR-230 KM 445 -POSTO ANDRE GADELHA	GATO PRETO	SOUSA	58800-000
FRANCISCO TORRES CASIMIRO	R PROFESSORA MARIA EULINA, 06	SAO JOSE	SOUSA	58804-280				
FRANCISCA CRISTINA DE ANDRADE BRAGA	R. OTAVIO MARIZ 27	CENTRO	MARIZOPOLIS	58819-000				
JOAO LOPES DA CUNHA	R LAFAETE PIRES FERREIRA 15	CENTRO	SOUSA	58800-510				
LANUZA LAURINEIDE BARBOSA RIBEIRO	R CILINHA GADELHA 24	CENTRO	SOUSA	58801-580				
ALAN JACKSON MIRANDA DA SILVA	R MANOEL ANDRADE 449	CENTRO	BREJO DOS SANTOS	58880-000				
LUIS CARLOS FEITOSA DE ANDRADE	R NESTOR JOSE SARMENTO 36	CENTRO	SOUSA	58800-100				
LUCILENE GOMES DE OLIVEIRA	R DR. SILVA MARIZ 88	CENTRO	SOUSA	58800-290	R JOAO BOSCO MARQUES DE SOUSA 01 - A	GATO PRETO	SOUSA	58802-340
MARIA GORETE FERNANDES	R JANDUI SUASSUNA 20	CENTRO	RIACHO DOS CAVALOS	58870-000				
GIANINNI MARTINS PEREIRA CIRNE	R DOM PEDRO I 93	ESTACAO	SOUSA	58803-380				
HERIANO AZEVEDO DE LUCENA	R SIMAO AFONSO DE CARVALHO 14	B. S.JOSE	SOUSA	58804-410	R SIFRONIO NAZARE S/N/UFCC	CENTRO	SOUSA	58800-000

Total Registros : 88

Fim Relatório